

S. JOÃO DE BRITO

Quando a culpa é virtude...

Colecção TESTEMUNHAS

1. **Irmão Francisco Gárate, S.J.** – *De Porteiro a Santo*
Jesus Iturrioz
2. **João de Brito e o seu Tempo**
Albert Nevett
3. **Simão Rodrigues** – *Iniciador da Companhia de Jesus em Portugal*
J. C. Monteiro Pacheco, S.J.
4. **Escravo dos Escravos** – *S. Pedro Claver*
Pedro M. Lamet
5. **Vale a Pena Dar a Vida** – *Testemunhos*
P. João de Deus e P. Sílvio Moreira
6. **Edith Stein** – *Imolação por Amor*
E. Gil de Muro
7. **Mártir de Cristo Rei** – *Beato Miguel Pró*
P. Fernando Leite, S.J.
8. **Os Insondáveis Caminhos de Deus**
Memórias de D. Domingos Tang
9. **Palavra – Vida** – *Mensagens de Paula Frassinetti*
10. **S. João de Brito** – *Quando a Culpa é Virtude* (2ª ed.)
Dário Pedroso, S.J.
11. **Na Vida Espiritual não há Linha Recta** – *P. J. Craveiro da Silva*
Org.: Ir. Maria Fernanda Bourbon e João Azevedo Mendes
12. **Vida Espiritual** – *Pensamentos* (Antologia)
Cón. Manuel Nunes Formigão
13. **O Segredo do Rei Balduino** (2ª ed.)
Cardeal Suenens
14. **Chama de Fogo** – *Perfil Espiritual de Maria Rivier*
Louis-Albert Lassus, O.P.
15. **Jovens de Fogo**
Dário Pedroso, S.J.
16. **Missionário do Mundo** – *Vida de São Francisco Xavier*
João Caniço, S.J.

Dário Pedroso, S.J.

S. JOÃO DE BRITO

Quando a culpa é virtude...

2ª edição



Editorial A.O. – Braga

Capa:	<i>Virgílio Cunha</i> (Editorial A. O. – Braga)
Paginação:	<i>Editorial A. O. – Braga</i>
Impressão e Acabamentos:	<i>Fabigráfica – Pousa – Barcelos</i>
Pode imprimir-se:	<i>Amadeu Pinto, S.J.</i> Provincial
Imprima-se:	<i>† Jorge Ferreira da Costa Ortiga</i> Arcebispo Primaz
Depósito Legal nº	50097/92
ISBN	972-39-0272-9
2ª ed.	Fevereiro de 2004



**SECRETARIADO NACIONAL
DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO**

L. das Teresinhas, 5 – 4714-504 BRAGA
Tel.: 253 201 220 * Fax: 253 201 221
livros@snao.pt; www.jesuitas.pt/AO/AO.html

ABERTURA

Acção, risco e aventura existem em grande na vida do tão humano herói do divino, S. João de Brito. Mas não se trata de um romance inventado ou de uma novela qualquer. Aqui se retrata um homem de carne e osso como nós, que sentiu a sedução dos luxos e vaidades da corte de Lisboa, mas que soube arriscar toda a sua vida na doação missionária aos mais necessitados, pelas terras longínquas do Maduré, na Índia.

Este livro que acaba de o encontrar está escrito em linguagem acessível e actual. Cativa o interesse e torna-nos simpatizantes, como que familiares deste homem de Deus, tão esquecido de si quanto lembrado do próximo, a quem serviu por inteiro até dar a vida, em martírio, quando apenas tinha 46 anos de idade.

O Autor, P. Dário Pedroso, actual Reitor da Comunidade dos Jesuítas da Faculdade de Filosofia, em Braga, é entre nós bem conhecido pelas suas numerosas obras. O retrato que aqui nos pinta com cores vivas, fá-lo com o pincel da simpatia de um irmão mais novo de João de Brito, mas respeitando sempre a verdade histórica.

A seguir, encontrará um texto «Em Louvor de S. João de Brito», da autoria de D. Eurico Dias Nogueira, actual Arcebispo Emérito de Braga. É um testemunho, bem in-

teressante, de quem participou e viveu a festa da Canonização deste heróico missionário.

Fazemos votos de que se cumpra o ditado: «Os exemplos arrastam». No caso de S. João de Brito, o seu exemplo arrastá-lo-á, em liberdade, para cima e para a frente: para Deus-amor e para o amor-serviço dos irmãos mais carenciados.

Manuel Morujão, S. J.



... Como não lembrar, entre outros, aqui em Lisboa, o exemplo de S. João de Brito, jovem lisboeta que, deixando a vida fácil da Corte, partiu para a Índia, a anunciar o Evangelho da salvação aos mais pobres e desprotegidos, identificando-se com eles e selando a sua fidelidade a Cristo e aos irmãos com o testemunho do martírio?...

João Paulo II,
Discurso aos Jovens,
Lisboa, 1982.

EM LOUVOR DE S. JOÃO DE BRITO

Estava eu em Roma, havia dezoito meses, como aluno da Universidade Gregoriana e hospedado no Pontifício Colégio Português, quando S. João de Brito foi canonizado. Tinha vinte e quatro anos de idade. Assisti a tudo o que pude e conservo, desse acontecimento, indeléveis recordações. Foram dias de glória para Portugal com a consagração oficial da sua epopeia missionária.

A peregrinação ida de Portugal com a participação do Episcopado, muitos sacerdotes, missionários e leigos, com luzida representação de todas as Colónias ou Províncias ultramarinas, encheu Roma de espanto e de legítimo orgulho os portugueses, ali residentes ou visitantes.

Numa agenda – transformada em repositório de actas – deixei alguns apontamentos, sem preocupações críticas e muito menos literárias. Mesmo assim, parece-me que não será inoportuno transcrevê-los aqui. É o que passo a fazer.

21 de Junho de 1947

Depois de ter anotado que os Bispos portugueses e inúmeros peregrinos haviam chegado de véspera, pela tarde, escrevi:

«Dia cheio... Há barulho e agitação por toda a parte, mas há sobretudo inquietação dentro de nós. Essas ruas andam repletas de portugueses, muitos deles ao Deus dará, sem haver quem os guie. Dá pena, mas não lhes posso valer.

De tarde, houve recepção na Embaixada. Espectáculo grandioso. Povos de todas as raças e cores ali se juntaram naquele pedaço de Portugal em Roma. Todos ostentam o mesmo distintivo e quase todos mostram na alma o mesmo sentimento português.

Espectáculo e lição para o mundo que talvez o não compreenda, porque não o merece».

Dia 22, Domingo

«O tão desejado 22 de Junho chegou. Chegou e passou...

Portugal conta mais um Santo no seu hagiológico. E que Santo!...

Apóstolo da Boa Nova, regou as terras da Índia com suor e sangue. O fruto vai aparecendo e cada vez mais prometedor. Pode dizer-se que foi um dia de glória para Portugal.

A nossa representação, numerosa e variada, honrou a Nação que a mandou.

Tiveram connosco atenções que cativaram: bons lugares e bem juntos, na Basílica de S. Pedro.

Os peregrinos sentem-se felizes e certamente conservarão, por toda a vida, uma grata memória deste dia.

O Senhor Cardeal Patriarca, num brinde ao almoço, deliciou-nos como de costume.

Que a glorificação de Frei Bartolomeu não tarde».

No dia seguinte, 23

«O Santo Padre recebeu hoje, em audiência especial, a peregrinação portuguesa. Foi no “Cortile” [pátio] de S. Dâmaso.

Compareceram, ao mesmo tempo, os italianos vindos para a canonização dos outros dois santos.

Foi um espectáculo impressionante.

Sua Santidade, que se sentou num estrado rodeado por quatro Cardeais, uns vinte Bispos e o nosso Embaixador, falou primeiro aos jesuítas em italiano, depois aos portugueses na nossa língua e por último aos italianos, também na sua língua.

Dada a bênção, foram-lhe oferecidos os presentes dos nossos peregrinos: dois dentes de marfim pelo Rei do Congo, outros dons das Colónias e uma cruz do Governo. Espectáculo único».

Dia 25

«Houve hoje um soleníssimo pontifical na igreja de Gesù, presidido por Sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa.

A cerimónia decorreu com brilho que Roma poucas vezes vê, fora de S. Pedro.

O nosso Episcopado quase ao completo, o Embaixador, SAR. a Princesa de Orléans-Bragança, o rei do Congo e uma multidão de peregrinos nossos.

O Senhor Patriarca das Índias fez um notável sermão, cheio de beleza literária, de patriotismo ardente, mas sobretudo de verdade. Confirmou o que já sabia dele.

De tarde, houve Te Deum, presidido por Sua Eminência o Cardeal Gouveia, com bênção do Santíssimo. Cerimónia igualmente muito concorrida, sobretudo por Portugueses».

Dia 26

«Creio que tudo está terminado.

Hoje, de tarde, houve um soleníssimo Te Deum, em Santo António, presidido pelo Senhor Cardeal Patriarca e com a assistência de todos os elementos de destaque. Foi o coroamento e remate final das solenidades.

Antes, o Santo Padre havia recebido, em audiência privada, quase todos os peregrinos portugueses. Ainda bem, pois seria pena que viessem de tão longe e não pudessem beijar o anel do Papa. E afinal, com um pouco de boa vontade, tudo se conseguiu...!»

Dia 27

«A calma e sossego voltaram ao Colégio. Hoje de manhã partiu para Assis, em comboio especial, a peregrinação portuguesa [...].

Experimentei uma certa nostalgia por ver partir essa gente. Roma, durante estes dias, lembrava um bocado de Portugal».

O embarque no «Mousinho», de regresso a Lisboa, verificou-se em Génova, no dia 30, dez dias após o desembarque da peregrinação em Civitavecchia, o porto que serve Roma.

* * *

Vinte anos depois, estava eu em Moçambique, como Bispo missionário, na Diocese de Vila Cabral.

A pedido das populações do extremo sudeste daquela, incluída a muçulmana, criei a Missão de Nipepeí. Foi em 4 de Fevereiro de 1967 e não hesitei em escolher S. João de Brito para seu patrono.

Relatei, deste modo, o facto, em crónica recente:

«Havia naquele posto administrativo uma florescente escola-capela, dirigida por um professor-catequista, dependente da Missão de Maiaca, fundada em 1947 [o ano da canonização do nosso Santo].

Após uma visita pastoral a esta, desloquei-me também àquele local.

Com surpresa minha, estavam a receber-me os principais muçulmanos da zona que, depois dos cumprimentos e oferta de meia dúzia de galinhas e duas dúzias de ovos [de que sempre aproveitava o motorista Mafuta, do Almojarifado, cedido, com muita alegria sua, para as minhas viagens mais difíceis], por impulso de hospitalidade e cortesia, típicas daquela boa gente, e não por

qualquer sombra de soborno, o porta-voz formulou este pedido:

– Senhor Bispo! Todo o gente querer aqui Missão. Não para deitar água nos cabeça de nossos meninos, mas para ensinar eles a ser gente grande. E também para vir Senhoras Irmãs ensinar nossos mulher e ajudar elas quando nascer criança e dar remédio quando estar doente ou ficar velho.

Prometi-lhes que iria estudar o caso com os missionários e fazer o possível.

A verdade é que, a 4 de Fevereiro de 1967, foi criada a nova Missão de S. João de Brito, de Nipepe, dotada com as indispensáveis estruturas, sobressaindo, entre estas, uma bela igreja, de construção definitiva, e dedicada àquele grande missionário português do século XVII, martirizado na Índia» [Vide «Diário do Minho» e «A Comarca de Arganil», de 30 de Abril de 1992].

É muito útil e oportuno lembrar figuras de missionários, como S. João de Brito, nestes tempos em que Portugal, juntamente com a Espanha, evoca «cinco séculos de evangelização e encontro de culturas».

Por isso felicito o P. Dário Pedroso, S. J., até há pouco meu directo e dedicado colaborador no Conselho Episcopal, pela feliz síntese biográfica com que desejou assinalar o terceiro centenário do nascimento para a Glória, sob a forma de martírio, deste heróico missionário, após 43 anos de caminhada terrestre, tendo sempre no olhar o horizonte celeste.

Faço votos por que o seu luminoso exemplo sensibilize muitos jovens deste final de século e do início do terceiro milénio da era cristã.

Braga, Setembro de 1992

† Eurico Dias Nogueira, Arcebispo Primaz

Tábua Cronológica

- 1647 – Nascimento em Lisboa (1 de Março).
- 1656 – Com 9 anos entra na Corte como pagem.
- 1662 – Entrada no Noviciado da Companhia de Jesus (17 de Dezembro).
- 1664 – Faz os votos no fim do Noviciado (25 de Dezembro).
- 1665 – Estudos na Universidade de Évora.
- 1666 – Começa os estudos no Colégio das Artes, em Coimbra.
- 1673 – Ordenação sacerdotal.
- 1673 – Partida para a Índia (15 de Março). Chegada a Goa (14 de Setembro).
- 1674 – Inicia a acção missionária na missão do Maduré.
- 1686 – Primeiro «martírio».
- 1687 – Regresso a Portugal. Chega a Lisboa a 8 de Setembro.
- 1690 – Parte novamente para a Índia (8 de Abril). Chegada a Goa (2 de Novembro).
- 1693 – Prisão e tormento (8 de Janeiro).
- 1693 – Martírio em Oriur (4 de Fevereiro).
- 1852 – Beatificação pelo Papa Pio IX (8 de Abril).
- 1947 – Canonização pelo Papa Pio XII (22 de Junho).

1 – FALAR DE UM SANTO

«Como não lembrar o exemplo de S. João de Brito, jovem lisboeta que, deixando a vida fácil da corte, partiu para a Índia, a anunciar o Evangelho da salvação aos mais pobres e desprotegidos, identificando-se com eles, e selando a sua fidelidade a Cristo e aos irmãos com o testemunho do martírio?» Com estas palavras, o Papa João Paulo II, na Eucaristia celebrada no Parque Eduardo VII, em Lisboa, no dia 14 de Maio de 1982, acolhido e aplaudido por uma imensa multidão de jovens, colocou João de Brito como modelo de coração generoso, de vida radicalmente oferecida ao serviço do Reino, de missionário que foi até ao extremo do dom e do amor, jogando a vida e morrendo mártir.

Nove anos mais tarde, também em Lisboa, no Estádio do Restelo, o mesmo Papa, falando para uma assembleia cristã de muitas dezenas de milhar de pessoas, no dia 10 de Maio de 1991, ao referir-se à missão evangelizadora dos portugueses, cita o grande poeta Luís de Camões, afirmando: «No poder do Senhor Ressuscitado, “não faltaram cristãos atrevimentos”, nesta pequena casa Lusitana (*Lusíadas*, VII, 14), operados pelos novos discípulos de Cristo». João Paulo II, ao fazer um elenco desses audaciosos discípulos e tão grandes e heróicos evangelizadores,

cita em primeiro lugar o jesuíta português, nascido em Lisboa, João de Brito.

Anos antes, por ocasião da canonização de João de Brito, o grande Papa Pio XII falava deste modo: «Olhai para o jovem missionário, para o heroísmo da sua acção, que se dilata no meio dos povos infieis – acção esplêndida, acção destemida, acção fecunda. Seria necessário não ter ideal algum no coração para não sentir o entusiasmo que suscita a narração da sua vida tão ardente, para não experimentar, com um sentimento de santa inveja, o desejo de participar em tão árduas canseiras evangélicas e de alcançar os seus merecimentos na medida das próprias forças.

Neste herói da santidade, movido por uma actividade sem tréguas nem descanso, não tardaria a sentir-se consumada a vida laboriosa do missionário, se não tivesse sobrevivendo tão subitamente o martírio a impedir-lhe o trabalho ardoroso da pregação da fé e moral evangélica, interrompendo o curso da sua vida e da obra começada».

Quarenta e cinco anos de distância entre as duas exortações, feitas em circunstâncias diversas, em mundos tão diferentes, por Papas com presença e linguagem, sentido de evangelização e apelos tão distintos, mas pondo em realce a mesma maravilhosa personagem: João de Brito. O mesmo convite: conhecê-lo, saber e saborear a história da sua vida, tê-lo como modelo, aprender com João de Brito a arte de evangelizar em santidade, o desejo ardoroso do martírio, do dom da vida por amor do Mestre, o Senhor Jesus.

A celebração, a 4 de Fevereiro de 1993, do 3.º centenário do seu martírio pode e deve ser ocasião privilegiada para os cristãos portugueses, para o povo de Lisboa, cidade que viu nascer o santo mártir, para a multidão dos jovens desta terra lusitana, para todos nós conhecermos melhor a vida, o martírio, o exemplo audacioso de tão ilustre português. Dá pena constatar como apreciamos tão pouco os nossos heróis, como falamos tão pouco destas «glórias nacionais», como deixamos cair no esquecimento homens e santos como João de Brito.

A celebração do 3.º centenário do seu martírio poderia ser ocasião providencial para que todos os adolescentes e jovens das nossas paróquias, todos os alunos que frequentam as aulas de Moral e Religião, todos os membros de movimentos apostólicos, em suma, para que todos os cristãos, mesmo aqueles que não participam na vida sacramental, pudessem conhecer este português invulgar, este lisboeta heróico, este jesuíta santo e mártir.

Não podemos deixar no silêncio, no esquecimento, tão grande acontecimento. Se o «sangue de mártires é semente de cristãos», num momento histórico tão importante para a pátria portuguesa, num momento eclesial tão decisivo em que somos convidados à «nova evangelização», a pessoa de João de Brito deve ser luz colocada sobre o candelabro (*Mt 5, 15*) para iluminar a todos os que pertencemos à «ilustre casa lusitana». Se foram os santos os mais eficazes evangelizadores, se foram os maiores benfeitores da humanidade e da Igreja, dá-los a conhecer é fazer sementeira evangélica, é fazer renascer a vida no

coração dos homens, é colaborar para que os seus exemplos cativem, interpelem, seduzam, arrastem.

E será ousado desejar (ou pedir?) que não haja paróquia ou comunidade religiosa, movimento apostólico ou grupo de oração em que não se reflita sobre a vida, o testemunho, o martírio de João de Brito? Quando percorremos as nossas igrejas ou capelas, encontramos com frequência uma imagem de S. João de Brito vestido dum modo exótico, à maneira dos brâmanes da Índia. Quem dera que este centenário levasse muitos a interiorizar o valor deste homem invulgar, deste sacerdote e religioso de vida radicalmente evangélica. Oxalá seja ocasião abençoada por Deus para fazer nascer no coração de muitos jovens a vocação missionária, rasgos de evangélica generosidade. Oxalá todos nós, olhando tão grandiosa personalidade, ficássemos mais homens ou mulheres, melhores cristãos, mais santos. Talvez possa ressurgir um pouco por todo o lado um movimento missionário e evangelizador que dinamize muitas boas vontades. Seria um Portugal renovado sob a protecção e o olhar de S. João de Brito, o santo jesuíta mártir, o lisboeta que, pelo martírio heróico, é de verdade um modelo, um estímulo, uma glória.

Escrever sobre um santo não é tarefa fácil. Há sempre algo que fica por compreender, por decifrar, por esclarecer. É o mistério do Espírito que, no coração do crente, se torna torrente de água viva, que é fonte de graça. E o mistério do amor, que seduz e encanta, que ilumina e fortalece, que forja místicos e mártires, ultrapassa-nos. Foi este mistério que me foi colocado ao longo de vários anos,

quando fui aluno do Colégio de S. João de Brito, no Lumiar, em Lisboa. É verdade que nesses anos, a nós, alunos, o que mais nos alegrava era o dia feriado, a celebração, as festas. Mas os nossos Mestres, entre os quais os dois reitores ao longo desses seis anos, os Padres António Leite e Evaristo de Vasconcelos, tentavam dar-nos, ao menos em pequenos *flash's*, aspectos sedutores da vida e do martírio de S. João de Brito. Talvez tenha nascido aí o desejo de escrever este livro para celebrarmos o 3.º centenário da morte deste Santo.

O que vou escrever é um misto de recordação-gratidão, de entusiasmo-dedicação, de ser missionário por escrito. Que as páginas que se seguem possam ajudar muitos leitores a amar a figura e a obra de João de Brito e, sobretudo, possam fazer nascer o desejo evangélico de o imitar.

*Selo comemorativo do 3º centenário do
nascimento de S. João de Brito
(1647-1947).*



Assento do Baptismo de S. João de Brito.

(João) f. 23^o
1047 For. martirizado sem 4. de Maio de 1577
Ass. vinte e nove do Mes de Maio anno
de 1577. Mil e seiscentos e noventa e sete. por
da Camp. An. de S. João de Brito e de sua mulher D. B.
no nella f. 23^o de Brito e de sua mulher D. B.
de 1577. de Brito e de sua mulher D. B.
de Brito e de sua mulher D. B.
de Brito e de sua mulher D. B.

2 – O SURGIR DA VIDA

Diante dum berço onde dorme uma criança surgem, por vezes, perguntas importantes que englobam a vida, o futuro, o mistério da Providência divina e da liberdade humana. Qual será o futuro deste inocente? Que fará? Como vai ser a sua vida? Que esperanças se poderão colocar? Que alegrias ou que tristezas irá dar à família? Que inteligência ou que génio comportará, em semente, este «anjo»? E com estas e outras questões vai sempre um desejo de vida, saúde, prosperidade e, porventura, de graça e santidade.

Quando os pais de João de Brito, Salvador de Brito Pereira e D. Brites Pereira, contemplavam com amor o filho mais novo do casal, nascido a 1 de Março de 1647, estavam com certeza bem longe de imaginar que o seu benjamim iria não só ser sacerdote religioso na Companhia de Jesus, mas santo e mártir.

O ambiente familiar desta nobre família, tão cristã e tão piedosa, ajudou a formar o cristão, a tecer o santo, a educar João de Brito de tal modo que a graça de Deus encontrou nele um coração e uma liberdade que se deixaram moldar, como o barro nas mãos do Divino Oleiro.

Portugal, nestes tempos heróicos, acabava de viver uma das páginas mais gloriosas da sua história. Com efeito, o Duque de Bragança tinha conseguido, em 1640, com o apoio dos nobres do Reino e o entusiasmo delirante do povo, fazer-se aclamar Rei a 15 de Dezembro, na cidade de Lisboa, capital do Império, que durante quase sessenta anos tinha vivido anexado a Espanha, sob o jugo dos reis do país vizinho. Os antepassados do nosso Santo tinham sempre vivido com intensidade os grandes momentos da vida e da história do povo português. Fernão de Brito, por exemplo, bisavô de João, tinha lutado e morrido na batalha de Alcácer-Quibir, ao lado de D. Sebastião, nessa luta sangrenta contra os mouros; e Cristovão de Brito, o irmão mais velho do nosso Santo mártir, vem a morrer em 1663, no combate do Ameixial, nas lutas pela independência.

Em 1640, quando o duque de Bragança é aclamado Rei, Salvador de Brito Pereira, que fica com o cargo de estribeiro-mor de El-rei, vai estabelecer-se em Lisboa. É aí, do seu casamento com D. Brites, que nasce João, o nosso biografado. O seu nascimento, a 1 de Março de 1647, parece não ter sido bem sucedido e a vida do menino João correu tais riscos que decidiram baptizá-lo nesse mesmo dia. Mais tarde, a 29 desse mês, realizaram-se as cerimónias solenes do baptismo, na Igreja de S. André.

A infância do jovem João vai sofrer várias vicissitudes. Seu pai, Salvador Pereira, em 1649, quando o filho ainda não tinha dois anos, é nomeado governador do Brasil e para lá parte, deixando o lar e entregando a D. Brites o encargo da formação dos filhos, encargo este

que viria a ser definitivo, pois passado um ano, Salvador morre no Rio de Janeiro. Golpe doloroso para a família e sobretudo para a viúva que tem de assumir, como dissemos, o encargo da formação dos filhos.

Fernão de Brito, irmão do nosso Santo que, após o martírio deste, escreveu a sua vida, com o título: «História do nascimento, vida e martírio do venerável P. João de Brito», ao falar da mãe de ambos, não deixa de enaltecer a fé, a caridade, a vida virtuosa de Dona Brites Pereira.

É neste ambiente de fé e de nobreza, de virtude evangélica e de alta sociedade, em cujo passado familiar havia



Azulejo feito com base num desenho de Henrique Franco (Casa Grande – Paredes de Coura).

cavaleiros heróicos, que João de Brito é educado por sua mãe e passa os primeiros anos da sua existência. De facto, Portugal estava a «ressuscitar» das ruínas a que a anexação à vizinha Espanha o tinha feito chegar. D. João IV, com o apoio de sua esposa, a ilustre e grande rainha Dona Luísa de Gusmão, procurava dar à nação lusitana a sua dignidade, fazendo-a progredir e reestruturar-se. Ao rei e à rainha não faltou nunca o desejo de que a fé do povo português crescesse e se solidificasse, e não deixaram de se empenhar na acção missionária nos domínios que Portugal tinha espalhados pelo mundo. É neste contexto histórico e familiar que se passam os primeiros anos de João de Brito. Com o apoio e a formação de sua mãe, com o ambiente familiar, com a vida que nascia na capital da nação, a tão bela e querida cidade de Lisboa, João ia aliando a fé e a piedade a uma têmpera audaciosa e a um entusiasmo sonhador.

É nesta altura, em 1656, com nove anos de idade, que João de Brito entra na corte dos Reis de Portugal para ser pajem, ou seja, companheiro de vida do príncipe D. Pedro, o filho mais novo dos Reis, e que viria a ser o sucessor e o herdeiro da coroa.

3 – O PAJEM NA CORTE

D. João IV e sua esposa, a Rainha Dona Luísa de Gusmão, preocupavam-se dum modo muito particular com a formação do príncipe D. Pedro, pois o mais velho, D. Teodósio, tinha morrido em 1653, com dezasseis anos de idade, e o segundo filho, Afonso, que viria a ser rei com o nome de D. Afonso VI, já apresentava comportamentos, atitudes e tendências que faziam preocupar os pais. De facto, seria depois afastado do governo e substituído por seu irmão mais novo, D. Pedro. Foi para ser pajem deste príncipe que João de Brito foi para a corte de Portugal.

O ambiente do palácio, apesar de bom, de impregnação de ideais elevados, onde o carácter dos Reis dava um cunho de dignidade, de fé, de vida real onde se aliavam o fausto da corte com a piedade dos monarcas, não deixava contudo de ser ocasião de perigo e de tentações, de conversas, devaneios, vaidades, que eram para João de Brito algo de perigoso, sobretudo porque afastado do lar familiar e longe da protecção e cuidados de sua mãe.

O que sabemos da vida de João ao longo desses anos de pajem, leva-nos a afirmar que não perdeu a piedade e a virtude, sendo de tal modo heróico nos seus comportamentos de rectidão, honestidade, bons costumes, que

levava outros pajens a ofendê-lo, vexando-o, troçando dele, quase insultando-o. E é curioso recordar que exactamente por isso, já nessa idade, no meio da corte, devido a essas lutas e a essas troças e zombarias, alguns lhe chamavam «o mártir». Simples casualidade ou profecia? Pouco importa, o que nos agrada registar é o testemunho de alguns contemporâneos que nos falam da serenidade, paciência, humildade e fortaleza de João de Brito, o «pequeno mártir», no meio da vida da corte.

Mas a vida traz-nos surpresas. E com João também assim sucedeu. Com onze anos, quando estava na corte há cerca de dois anos, fica gravemente doente, receando-se a sua morte. A mãe é chamada para junto da cabeceira do doente e vai, com solicitude e carinho maternal, cuidar do jovem João, o seu filho mais novo. O seu coração materno parece ter-se visto em tais aflições que, além dos cuidados humanos e medicinais, recorre à oração e faz até uma promessa a S. Francisco Xavier, promessa que para a nossa mentalidade hodierna parece um pouco estranha.

Anos antes, tinha passado por Lisboa este ilustre navarro, nascido em Xavier, e que foi um dos primeiros companheiros de Santo Inácio de Loiola na fundação da Companhia de Jesus. Convertido na cidade de Paris, onde conhecera Inácio e com quem fez os Exercícios Espirituais, Francisco Xavier ficaria na história da Igreja como o grande missionário do Oriente. De facto, partiria de Lisboa, rumo à Índia, no dia 7 de Abril de 1541, dia em que fazia 35 anos. Depois duma apaixonante vida missionária que o levou a percorrer vários países e milhares de quiló-

metros por terra e por mar, Francisco morre a 3 de Dezembro de 1552, às portas da China, numa choupana miserável, acompanhado por um fiel amigo chinês. A fama da sua vida evangélica e da sua heróica santidade levou o Papa Gregório XV a canonizá-lo, juntamente com Santo Inácio de Loiola, a 12 de Março de 1622.

Por ocasião da grave doença do nosso jovem João de Brito, vivia-se ainda o fulgor desta canonização, sucedida há cerca de 36 anos, mas bem viva no coração dos portugueses. É por isso que D. Brites, juntamente com o filho, promete a S. Francisco Xavier que se o doente recuperasse a saúde, andaria vestido, durante um ano, com a roupeta da Companhia, ou seja, uma batina preta, de seda, apertada à cinta com uma faixa, trazendo um barrete na cabeça.

Quis Deus que João, o jovem pajem, recuperasse a saúde e a promessa foi rigorosamente cumprida. Talvez não nos seja difícil imaginar o que teria sido, durante um ano, andar na corte, sair e frequentar as aulas, viver no meio da nobreza, celebrar os acontecimentos faustosos junto do Príncipe Dom Pedro, e andar vestido com a «roupeta» da Companhia de Jesus. Isto, como é natural, provocaria a admiração de uns, a troça de outros, a crítica de terceiros. Mas a promessa cumpriu-se e é extremamente curioso anotar que, durante esse ano, todos chamavam a João o «apostolinho». De facto, os membros da Companhia de Jesus, desde a chegada de Francisco Xavier e do seu companheiro, o P. Simão Rodrigues, o primeiro jesuíta português, natural de Vouzela, eram chamados «apóstolos»; por isso, tratavam João de

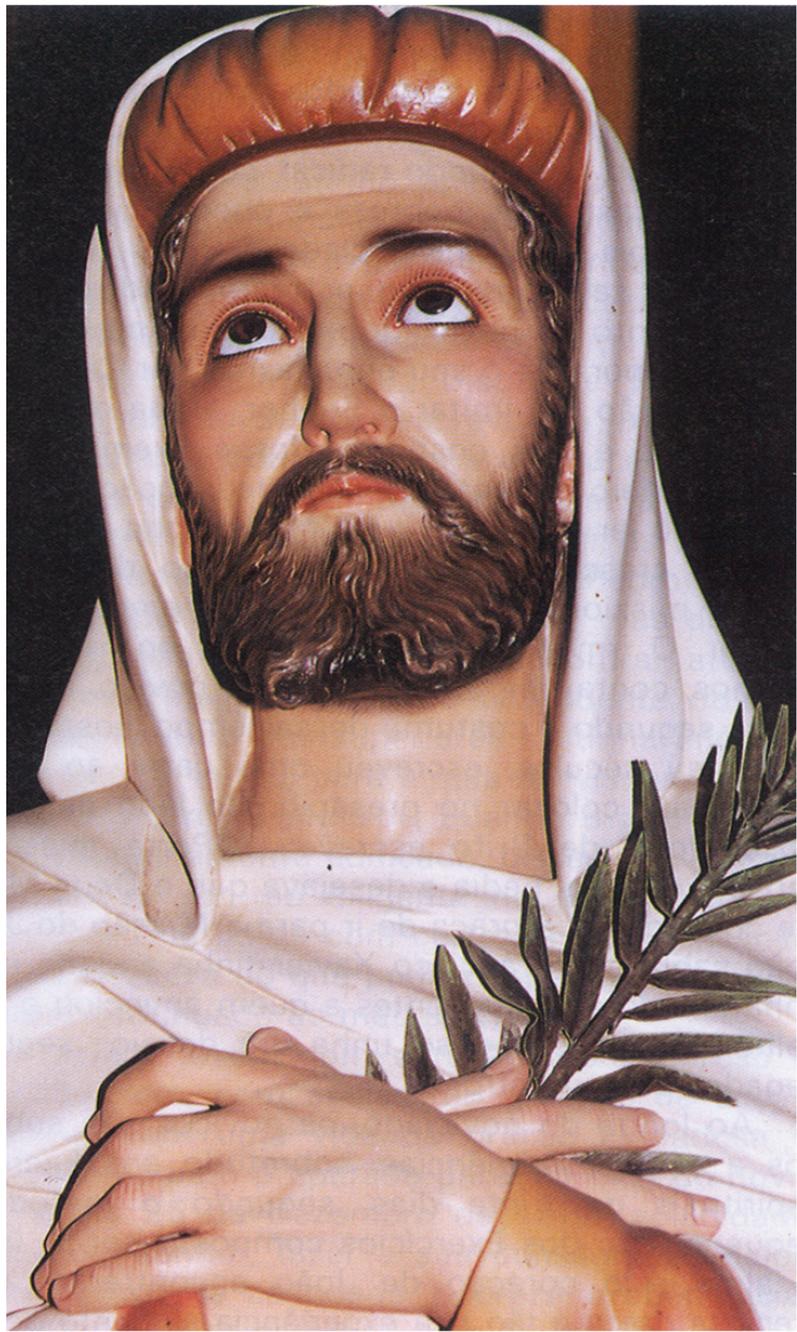
Brito pelo diminutivo «apostolinho», já que se vestia como os jesuítas.

No entanto, a semelhança parecia não ser só externa. O interior do jovem João, apesar da sua tenra idade, começava a deixar-se moldar pela graça de Deus e todos notavam nele uma vida de oração exemplar e um comportamento digno, honesto, cada vez mais evangélico. Pelo que depois se passará, pressente-se que João de Brito, que antes apelidavam de «mártir» e, agora, de «apostolinho», ia criando uma amizade cada vez maior por Jesus Cristo e um desejo de O imitar. Não era a vida da corte, com as suas comodidades, riquezas, prazeres, com todas as suas futilidades e vaidades, que o seduzia. O seu coração, o seu interior não se saciava com tão pouco. Havia em João um começo de insatisfação, uma sede de mais e melhor. A semente lançada por sua mãe, a graça alcançada por intermédio de S. Francisco Xavier, a oração e a vida de piedade séria e contínua começavam a dar frutos.

O historiador P. Franco refere que, por ocasião do carnaval, na Igreja de S. Roque, em Lisboa, que era nessa altura da Companhia de Jesus, se faziam as «quarenta horas», ou seja, um tempo de oração, reparação, celebrando-se várias solenidades. No terceiro dia, realizava-se uma procissão com o Santíssimo Sacramento, levado por um sacerdote, debaixo do pálio. Era o Rei com alguns nobres que pegavam às varas. No ano de 1659, João tomou parte nessa procissão, acompanhando o príncipe D. Pedro e outros nobres e pajens. Como andava nessa altura com a «roupeta» da Companhia de Jesus, associou-se ao cortejo, mas depois retirou-se para a sacristia, colocou uma

capa sobre a roupeta, tomou uma vela acesa e foi colocar-se no meio dos noviços jesuítas. O pequeno João, com 12 anos, no meio dos noviços, vestido com a «roupeta» da Companhia, não deixa de nos causar surpresa e fazer aflorar nos lábios um sorriso. Quem diria que, passados poucos anos, João de Brito seria Noviço na Companhia de Jesus, filho de Inácio de Loiola, disposto a viver com determinação o ideal inaciano na sua audaciosa vida missionária! Talvez não passasse pela cabeça dos que dele troçavam, ou mesmo dos que o admiravam e, com carinho, lhe chamavam «apostolinho», que João viesse a ser jesuíta, missionário, sacerdote, santo e mártir.

Os desígnios de Deus são insondáveis! O seu apelo, como o vento que sopra onde quer, faz-se sentir dum modo sempre novo e, tantas vezes, imprevisível. Deus chama a quem quer e como quer. E João de Brito, no meio da vida da corte, na alegria folgazã dos pajens seus companheiros, muitas vezes colocado em situações de perigo mundano e de tentações fáceis, é convidado por Deus a seguir um caminho evangélico, a entrar na Companhia de Jesus, a Ordem religiosa fundada por Inácio de Loiola. Apesar da facilidade da vida, da sedução dum futuro vivido na opulência da nobreza do seu tempo, prefere ouvir o Mestre que lhe segreda: «Vem e segue-Me» (*Mc 2, 14*).



Estátua de S. João de Brito – pormenor (Casa da Torre, Soutelo – Vila Verde)

4 – A VOCAÇÃO RELIGIOSA

Estamos em 1662 e João conta quinze anos de idade. Já há muito que tinha partilhado com o P. Miguel Tinoco, que era Provincial, o seu desejo de ser jesuíta e entrar na Companhia de Jesus. O Provincial não duvidava da seriedade da vocação do jovem, ia-o acompanhando e aconselhando, mas temia que surgissem muitos obstáculos à entrada de João de Brito no Noviciado, quer por parte da mãe, D. Brites Pereira, quer da própria corte, que tanto estimava o «santo pajem» do príncipe D. Pedro. Mas João continuava decidido e tomou os meios que lhe pareciam mais aptos para alcançar o fim que desejava: consagrar-se a Deus, viver radicalmente para o serviço do Reino.

Começou por escrever uma carta a sua mãe. Esta carta não deixa de nos comover e encantar, não só por revelar a grande decisão do jovem, mas pelo carinho com que escreve. É o seu irmão Fernão que, no seu livro, transcreve a seguinte carta de João de Brito:

Minha Mãe e minha Senhora, é chegado o tempo de eu deixar a Vossa Mercê por buscar a Cristo, pois Cristo me amou tanto que deixou seu Pai para me buscar a mim. Conheci o que o mundo dava, quando experimentei que no rigor da enfermidade mortal só me alcançou saúde a

intercessão de S. Francisco Xavier: desenganei-me do que o mundo era, quando no seu conhecimento vi o pouco que podia... Falta-me a santa e maternal benção de Vossa Mercê, que entendo me não há-de negar. Se alguma pena levo é precisamente considerar a com que Vossa Mercê fica, vendo-me afastado da sua companhia. Mas Deus, cujo império me obriga, lhe dará tão fervorosamente auxílios da sua graça, que na assistência dos seus favores não ache menos a minha.

Tanta decisão, tão lógico raciocínio, tão carinhosa missiva só podia ter uma resposta positiva. Dona Brites dá licença para João ser jesuíta, apesar de recear pela sua saúde e temer que não aguento os rigores da vida religiosa. Mas todos entendemos que D. Brites, que ficou viúva quando João tinha só dois anos, tivesse vivido dum modo particular para este filho e que a separação lhe fosse dolorosa. Só o seu profundo sentido cristão, o seu amor a Jesus Cristo, o desejo de ver o seu filho João feliz e a realizar o chamamento que Deus lhe fazia, puderam dar-lhe força para conceder tal licença.

Nesta altura, no ano de 1662, já D. João IV tinha morrido e era D. Luísa, a Rainha-mãe, que governava o país. Sabemos quanta oposição a Rainha colocou, quanto esforço fez para impedir João de entrar na Companhia, pois não queria que seu filho D. Pedro ficasse sem a preciosa ajuda do pajem João de Brito. Este, contudo, conseguiu lutar e persuadir a Rainha-mãe e seu filho a concederem-lhe a tão desejada licença.

Com quinze anos menos dois meses, a 17 de Dezembro de 1662, João de Brito, o ilustre pajem, o «aposto-

linho», entra no Noviciado da Companhia de Jesus em Lisboa. O tempo do noviciado, que na Companhia dura dois anos, é um tempo particularmente dedicado à formação interior e espiritual, ao conhecimento do carisma, da espiritualidade, das constituições da Ordem, da sua história, do modo de proceder de um Jesuíta como homem consagrado. Tempo rico pela assimilação de conteúdos, mas sobretudo pela prática da virtude e pelos desejos crescentes de vida dada a Deus, dum modo radical, com a profissão dos votos de castidade, pobreza e obediência, feitos no final dos dois anos de Noviciado.

Pouco sabemos do que foram os dois anos de João de Brito no noviciado em Lisboa, mas tudo nos permite su-



por que o seu entusiasmo por Cristo, a sua determinação em imitar o Senhor, a sua observância das regras e dos costumes fosse exemplar. Tinha como modelo o Santo da sua predileção, Francisco Xavier. Ao ler ou ao ouvir falar do grande apóstolo do Oriente, crescia no coração de João de Brito um desejo missionário que começa a empolgar-lhe o interior. O irmão de João de Brito, no livro que já citámos, conta que João, enquanto noviço, no dia de Natal, segundo o costume desse tempo, costume que percorreu séculos, escreveu uma carta ao Menino Jesus para colocar no presépio. No lado de fora da carta, João de Brito escreveu: «Porte missão do Japão», ou seja, pedia e desejava que o Deus Menino lhe concedesse a graça de ir para a Missão do Japão. João sabia que Francisco Xavier tinha andado por lá, tinha amado aquelas gentes a quem anunciou o Evangelho da salvação e só tinha um desejo: seguir as pegadas do seu patrono.

Ao longo do noviciado, os noviços são submetidos a várias experiências, sobretudo aos Exercícios Espirituais de trinta dias, segundo o método do pequeno livro dos Exercícios composto por Santo Inácio. A alma e o coração de João encontraram nessa preciosa graça e tão rica experiência alimento de vida, contemplação e conhecimento de Jesus Cristo, a quem doravante queria servir como servo e amigo. Além desta experiência, têm os noviços outra, que é tratar dos doentes num hospital. Reconhecer o rosto de Jesus nos pobres, doentes, marginalizados, tratá-los com solicitude e carinho, apesar das dificuldades e, porventura, repugnâncias de sensibilidade, é uma dura mas fecundíssima experiência. Vários

testemunhos da época nos descrevem a dedicação, humildade e espírito de serviço de João de Brito.

Henrique Doering, S. J., bispo de Poona, na Índia, e biógrafo do Santo, descreve um exemplo em que podemos descobrir a alma e o coração de João de Brito. Diz assim: «Também na mesma casa do Noviciado sentia grande gosto em servir os doentes. Um dia veio ao Noviciado o Infante D. Pedro, com o fim principal de falar ao jovem noviço, mas durante muito tempo não houve meio de o encontrar, até que foram dar com ele junto de um criado doente, do qual com consentimento dos superiores se tinha encarregado. Dirigiu-se, então, para a sala de visitas onde o esperava D. Pedro. O príncipe, quando o informaram de tudo, profundamente edificado, disse-lhe: – Regozijo-me por te ver tão diligente no serviço do teu novo Senhor; ele há-de com certeza recompensar-te com mais largueza do que podias esperar de mim, se houvesse continuado ao meu serviço».

Tal noviço, jovem com coração tão generoso e interior tão puro, com ânsias tão grandes de acção missionária, com uma vida de oração cuidadosa e intensa, estava bem preparado para, no final do noviciado, no dia 25 de Dezembro de 1664, solenidade do Natal do Senhor, fazer a sua consagração pelos votos religiosos de castidade, pobreza e obediência. Doravante, já não se pertence, é de Deus e dos outros, e a sua vida será toda dedicada à maior glória de Deus, ao serviço do Senhor e dos irmãos.



*Estátua de
S. João de Brito, no
exterior da Basílica
de Fátima, a 1ª no
início da colunata
do lado esquerdo.*

5 – A FORMAÇÃO INACIANA

Acabado o Noviciado, o jovem jesuíta tem à sua frente um longo caminho de formação. João foi enviado para Évora, onde os Jesuítas tinham a Universidade e onde estudou literatura e eloquência. Todos os testemunhos da época nos falam do seu grande talento intelectual, da sua tenacidade e invulgar força de vontade, dos seus «sucessos» nos estudos.

A saúde frágil de João leva-o a ter de interromper os estudos e, mais tarde, no ano seguinte, os Superiores decidem mudá-lo de Évora para Coimbra, pois dizia-se que aqui o clima seria melhor para a saúde de João de Brito. Nesta cidade, no célebre Colégio das Artes, pertencente à Companhia de Jesus, vai João estudar filosofia. É daqui que, em 1667, é enviado para Roma, ao P. Geral da Companhia, nessa altura o P. Paulo Oliva, um relatório que se refere a João de Brito, dizendo que era «um talento extraordinariamente feliz».

Ao longo destes anos de formação continuava a arreigar-se cada vez mais no jovem jesuíta o desejo de ser missionário. Com certa frequência iam chegando cartas dos missionários portugueses espalhados pelo mundo, dum modo particular pelo Oriente. A leitura dessas cartas e os apelos que nelas vinham, despertavam cada

vez mais no interior de João o ardor evangelizador e a ânsia de ser missionário. As cartas do P. Baltazar da Costa, da província do Malabar, falavam com frequência da missão do Maduré, dos heróicos sacrifícios dos missionários, da necessidade de mais evangelizadores, das carências humanas e espirituais daquele povo.

Já Francisco Xavier tinha, um século antes, com as suas cartas conseguido dinamizar muitos corações e alcançar generosos missionários e colaboradores. Numa das suas cartas escreveu assim:

Muitos deixam de se fazer cristãos nestas terras, por não haver quem se ocupe de tão santas obras. Muitas vezes me vem ao pensamento ir aos Colégios da Europa, levantando a voz como homem que perdeu o juízo, e principalmente à Universidade de Paris, falando na Sorbona aos que têm mais letras que vontade para se disporem a frutificar com elas: “quantas almas deixam de ir à glória e vão ao inferno por vossa negligência”.

E se assim como vão estudando as letras, estudassem as contas que Deus nosso Senhor lhes pedirá delas e do talento que lhes deu, muitos se moveriam a procurar, por meio dos Exercícios Espirituais, conhecer e sentir dentro de suas almas a vontade divina, conformando-se com ela mais do que com as suas próprias afeições, dizendo: Senhor, eis-me aqui, que quereis que eu faça? Mandai-me para onde quiserdes; e se for preciso, até mesmo para a Índia.

Esta célebre carta de Francisco Xavier, que tantos corações tocou ao longo dos séculos, tinha no tempo de João de Brito outro altifalante, o P. Baltazar da Costa,

que, como dissemos, enviava cartas para os Jesuítas dos Colégios de Évora e Coimbra, exortando-os à acção missionária. Seja-nos permitido transcrever aqui uma dessas cartas que diz o seguinte:

Não se há-de contudo dizer que esta missão se perdeu porque foi impossível encontrar apóstolos dispostos a suportar os seus duros trabalhos. Precisamente porque a missão do Maduré é pesada e exige grandes sacrifícios, há-de ser isso para muitos mais um motivo para se oferecerem para ela... Eu sei que basta dizer a meus irmãos que precisamos de operários, para que se lhes aumente a coragem e lhes pulse o coração em latidos de fogo. Não hão-de descansar até que, repletos de um zelo esforçado, escrevam aos superiores com seu próprio sangue a implorar licença de partir. Um irmão nosso, Pedro de Basto, recentemente falecido, chamava, pouco antes da sua morte, à missão do Maduré um segundo Japão: rios de sangue correriam por ela. Entre os meus irmãos há muitos que anseiam sacrificar a vida por Cristo: esses podem vir ajudar-nos a continuar o que já começámos.

Estas cartas, levadas depois à oração e ao discernimento interior, suscitavam em muitos desejos incontidos de partir para a Índia. João de Brito vai amadurecendo estes desejos e expondo aos superiores as suas razões e ânsias de vida missionária. E a 19 de Novembro de 1668 escreve ao Superior Geral, o P. Paulo Oliva, uma carta que, pelo seu notável conteúdo, queremos citar aqui:

Tendo alcançado a saúde por um voto feito a S. Francisco Xavier, fui recebido na Companhia de Jesus; mas tanta é a bondade do Santo que, como arrependido da

exiguidade do primeiro beneficio, intenta emendá-lo com outro maior, o qual consiste em excitar-me a empreender a viagem para a Índia, não vá suceder que a saúde por ele restituída, seja consagrada a outro que não ele. Fui dissimulando estes desejos, pois ainda não tinha iniciado o estudo da Filosofia; agora, porém, embora não a tenha terminado, julgo estar suficientemente adiantado, segundo opinião prudente, para trabalhar naquelas terras. Que falta pois? Suplico e conjuro a Vossa Paternidade com a máxima instância que me dê licença e liberdade para corresponder ao chamamento de Xavier; creio, na verdade, que a intenção do meu queridíssimo Santo é, assim como me restituiu ao corpo a saúde perdida, abrir-me agora este caminho para a eterna felicidade.

Pelas chagas de Cristo, pois, pelos méritos do Santíssimo Xavier, pela maior glória de Deus (cujos aumentos V. Paternidade anseia mais que tudo) rogo uma e outra vez me conceda licença para partir para o meio dos Índios.

E para que não suceda, como algumas vezes costuma suceder, vir alguém imiscuir-se aqui em Portugal neste negócio, que V. P., segundo espero, resolverá de modo favorável, peço a V. P., cumule um favor com outro favor, isto é, que a carta em que me conceda a desejada licença, ma envie só a mim, de modo que nada deste assunto tenha de tratar com o P. Provincial. Na benção de Vossa Paternidade muito me encomendo.

*Indigno filho em Cristo,
João de Brito.*

O conteúdo desta carta revela-nos não só o interior de João, sua determinação e audácia, como a sua grande devoção a S. Francisco Xavier. Era o seu Santo, o seu modelo, o pai da sua alma. E dele iria ser, pela graça de Deus, um digno sucessor como missionário no Oriente.



*S. João de Brito
(Escultura de Barata Feyo).*

Como não obtivesse resposta do Padre Geral, João insiste com nova carta, datada de 5 de Março do ano seguinte, 1669, em que retoma os mesmos argumentos e se expressa assim:

Não me levará V. Paternidade a mal que lhe escreva ainda uma vez. Na verdade é tão veemente o desejo que dia e noite me abrasa de ir para o meio dos Índios dedicar-me à sua salvação, que, se me fosse lícito pedir todos os dias tal favor a V. Paternidade, fã-lo-ia de boamente, a não ser que soubesse ser isso contra a vontade de V. Paternidade. As razões que me impelem a pedir esta missão já noutra carta as expus a V. P., pelo que não as repito aqui, pois seria contra o bem comum estar a roubar tempo a V. Paternidade com longas cartas. A benevolência de V. P. e sobretudo o ardente zelo das almas que eu tanto admiro em V. P. são a minha melhor esperança. À benção de V. P. muito me encomendo.

Humílimo servo em Cristo,

João de Brito.

Terminados os estudos de humanidades e filosofia, João é enviado pelos seus Superiores para Lisboa, para ser professor no Colégio de Santo Antão, da Companhia de Jesus, hoje hospital de S. José. A sua Índia era Lisboa, e a sua missão, ensinar a 7.^a classe de gramática. João obedece com serenidade e paz, mas o seu coração voa mais alto. Deus não deixará de lhe satisfazer tão santos e dedicados desejos.

6 – A GRANDE DECISÃO

Já nos referimos às cartas enviadas do Maduré pelo P. Baltazar da Costa e como elas tiveram tanta influência em João de Brito e em tantos outros Jesuítas, irmãos e padres, que se sentiam interpelados pela vida missionária e se ofereciam para partir para as missões mais trabalhosas e onde as dificuldades eram maiores. Ora o P. Baltazar da Costa foi eleito pela sua Província do Malabar para representar a Província como Procurador, na Congregação de Procuradores a realizar em Roma.

Na Companhia de Jesus há a Congregação Geral, que é o órgão supremo da Ordem e que se reúne para eleger o Superior Geral e os seus Conselheiros Gerais, além de se debruçar sobre o estado da Companhia e, porventura, sua legislação e actualização aos sinais dos tempos. Na história da Companhia já houve 33 Congregações Gerais; destas, 29 elegeram novo Superior Geral e as outras 4 foram convocadas em momentos grandes da Ordem, da Igreja ou do mundo, como a que o P. Geral Pedro Arrupe convocou para avaliar o modo como a Companhia estava a viver as grandes directrizes do Concílio Vaticano II.

Além da Congregação Geral, em que participam por direito todos os Padres Provinciais e mais alguns delegados eleitos por cada Província, há na Companhia de

Jesus a Congregação de Procuradores. Foi a uma destas Congregações que veio o P. Baltazar Costa, eleito pela Província do Malabar, na Índia. A sua vinda à Europa foi uma bênção para todos, mas João de Brito vai ser um dos mais favorecidos.

Ao passar por Lisboa, ouviu falar de João de Brito e, porventura, em conversas com o jovem jesuíta, pôde aperceber-se da generosidade, talento humano e religioso, tenacidade e invulgar força de vontade do nosso biografado. Por isso, em Roma, resolveu falar dele ao Superior Geral e conseguir licença para João de Brito partir com ele até à Índia, quando regressasse, em 1673. E conseguiu tal graça.

Passados poucos meses, o P. Provincial da Província Lusitana recebe uma carta do P. Geral concedendo a tão desejada licença. Parece que, segundo o costume da época, a carta foi lida na capela, perante toda a Comunidade. João rejubila, dá graças a Deus, canta a sua humilde e alegre gratidão. E bem podemos supor como teriam sido os seus diálogos espirituais com o seu patrono, S. Francisco Xavier! Ele já tinha afirmado: «Xavier me chama...». Agora, com licença expressa do P. Geral, vai, dum modo radical e heróico, responder a esse chamamento.

Era necessário, contudo, estudar teologia e ser ordenado sacerdote. Esses estudos começam no início de 1671, e João de Brito seria ordenado sacerdote nos princípios de 1673, talvez não muito antes de partir para a sua tão desejada missão da Índia.

Faltava, porém, algo não só importante mas doloroso. Era necessário comunicar a D. Brites a licença dos Supe-

riores e a tenaz decisão de seu filho. Podemos dizer que se levantou uma tempestade, ou até uma pequena tragédia. D. Brites vai mover céus e terra para impedir que seu filho João parta. Contacta com o P. Provincial e suplica-lhe que não permita a partida de João, o seu filho mais novo e, pelas circunstâncias que vimos antes, talvez o mais querido. O Provincial responde-lhe que, sendo a determinação dada pelo P. Geral, nada podia mudar.

Mas o coração sofredor de tão boa e santa mãe não sossega. Consegue falar com João de Brito e, no meio de lágrimas e súplicas, tenta persuadi-lo a não partir para a Índia. Devia, como é lógico, apresentar-lhe todos os argumentos: a sua viuvez, a pouca saúde de João, a ainda recente morte de seu filho Cristóvão, o medo de perder João para sempre. Ninguém pensará que João ficasse insensível a tais lágrimas, a tais pedidos, a tão grande dor. Consola a mãe, anima-a, talvez chore com ela, mas não pode satisfazer-lhe o gosto e dizer sim ao seu pedido. Deus quere-o na Índia, Xavier chama-o e João não desiste.

Dona Brites não se dá por vencida. Vai falar com o rei, nesta altura já era D. Pedro II, e suplica-lhe que faça tudo para que João, o seu amigo de infância e seu pajem, não dê seguimento ao seu desejo. D. Pedro chama João ao palácio real, fala-lhe como amigo, tenta persuadi-lo, mas em vão.

Restava ainda outra porta a bater, o Núncio do Papa em Lisboa, na corte portuguesa, que era Mons. Francisco Ravissa. Ao ler a carta de D. Brites, o Núncio escreve ao P. Provincial «intimando-o com toda a seriedade a revogar a licença concedida». O Provincial mostra a carta a

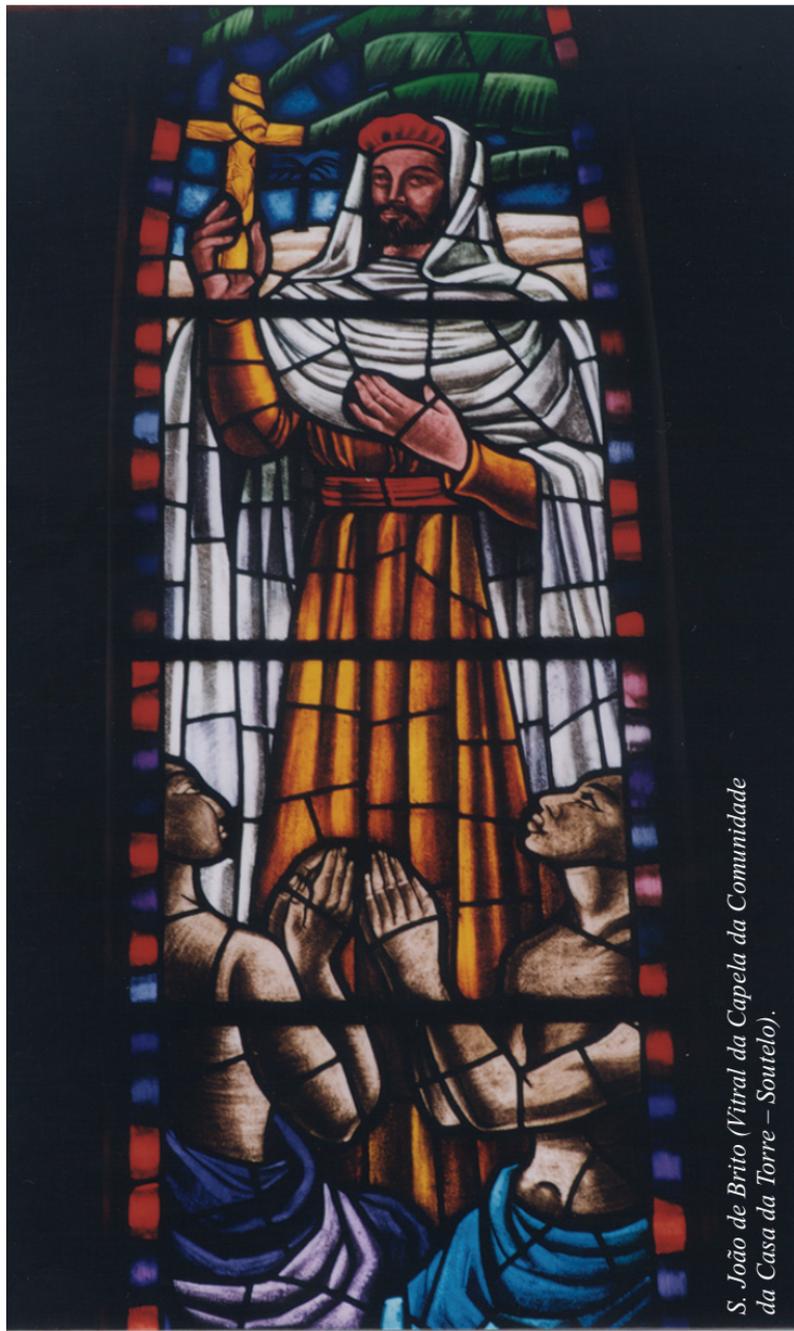
João de Brito e a pedido deste vão ambos falar pessoalmente com o Núncio. Foi tal a decisão das palavras, a eloquência dos argumentos, o ardor dos desejos que o Núncio ficou conquistado e teria terminado a entrevista com estas palavras: «Agora compreendo que este chamamento é de Deus, vejo-me obrigado a admirar a sua heróica resolução e ardente zelo». João não só podia mas devia ir para as missões.

Com estes combates, o zelo de João parecia ter crescido e a sua decisão era cada vez mais forte. Contudo, para diminuir o sofrimento da mãe, durante o tempo que ainda restava antes da partida, teve licença para falar com ela com frequência. Esses diálogos foram «convertendo» D. Brites e suavizando a sua dor. Deus ia-lhe concedendo a paz interior e a graça de encarar com mais serenidade a decisão missionária de João de Brito.

Entretanto, ia chegando o dia da partida, 15 de Março de 1673. Nesse dia, como em todas as saídas de missionários, era costume serem recebidos pelo Rei, depois iam à igreja do Colégio de Santo Antão e, depois, em cortejo, partiam rumo ao cais para embarcar. Desta vez eram 27 jesuítas, dos quais 15 portugueses, 4 italianos, 2 belgas, 1 inglês, 1 suíço, 1 francês, 1 saboiano, 1 irlandês e 1 tirolês. Pela variedade das nacionalidades, podemos perceber a grandeza do empreendimento. A Companhia de Jesus era já nesse tempo uma Ordem internacional e os jesuítas, formados na escola dos Exercícios Espirituais de Santo Inácio, procuravam cumprir aquilo que as suas Constituições afirmam: «Estar disponível para ser enviado para entre os fiéis ou infiéis, a qualquer parte do mundo

onde ele (o Vigário de Cristo) julgasse seria da maior glória divina e maior bem das almas» (603).

No cortejo que descia do Colégio de Santo Antão para o cais faltava um dos missionários, o nosso João de Brito. Para evitar sofrimentos e despedidas dolorosas parece que, na véspera, quando esteve com sua mãe não lhe disse que embarcava no dia seguinte. E para melhor conseguir os seus intentos, alcançou licença para subir para a nau na véspera e, assim, evitar mais dores e lágrimas. Já a bordo, escreveu à mãe uma belíssima carta, repleta de amor filial. De facto, João de Brito não era um puritano insensível ou um homem duro de coração. Bem pelo contrário, tinha uma rica sensibilidade, criava amizades com facilidade, tinha um coração aberto, vibrátil e generoso. O que se passa nele é resultado da força de Deus, fruto da oração, da escuta do Senhor. Se Deus queria, falava, convidava, seduzia, para João a única resposta digna era: «Eis-me aqui, enviai-me». Havia algo de místico, porque divino, no mais profundo e sublime desta vocação e missão. E perante a vontade de Deus e os seus apelos, João sabia optar, colocar tudo o mais num lugar subordinado.



S. João de Brito (Vitrail da Capela da Comunidade da Casa da Torre – Soutelo).

7 – A ÍNDIA DESEJADA

Quando o Papa Paulo III, a 27 de Setembro de 1540, aprovou a nova Ordem fundada por Inácio de Loiola e seus primeiros companheiros, dava à Igreja um grupo de homens que tinham como fim, como diz a Carta Apostólica da aprovação, dedicar-se ao «aperfeiçoamento das almas na vida e doutrina cristãs e à propagação da fé» (n.º 1). Foi este dinamismo que fez da Companhia de Jesus uma Ordem que, através dos séculos, se dedicou sempre à fundação de missões e à propagação da fé. É deste espírito e desta acção missionária que falam as páginas mais belas e gloriosas da história da Companhia de Jesus. João de Brito é um dos muitos milhares de jesuítas que, através dos séculos, desde Francisco Xavier até aos nossos dias, lutam, trabalham, amam e sofrem em terras de missão.

Em frente ao Mosteiro dos Jerónimos dá-se o embarque, no rio Tejo. Mais um olhar de despedida à Torre de Belém e às moradias da cidade e lá partem rumo à Índia, ao som dos trons da praxe, na nau Capitânia. Todos podemos imaginar como foi lenta e, por vezes, difícil e dolorosa a viagem até Goa. Ventos impetuosos, tempestades no alto mar, dificuldades nascidas da ausência de ventos favoráveis eram muitas vezes ocasião até de catástrofes e

naufrágios. A distância tão longa exigia pelo menos seis meses de viagem, e as dificuldades provenientes da alimentação e do clima traziam várias doenças e, por vezes, epidemias. E mesmo os limões e outras frutas citrinas levadas para combater o escorbuto, doença muito comum nessas viagens, não duravam muitas semanas, assim como a água potável. Em suma, a viagem de Lisboa para Goa, nesse final do século XVII, era de facto algo de muito difícil, uma autêntica aventura.

Sabemos que a Capitânia, onde viajava João de Brito, teve muitas dificuldades. João, dizem os contemporâneos e companheiros de viagem, procurava consolar e tratar os que adoeciam e preparava os moribundos para o encontro com Deus. Eram de tal modo o zelo e a caridade que a bordo lhe chamavam o «novo Xavier»! Foi a S. Francisco Xavier que João recorreu com insistentes súplicas, levando os companheiros a fazerem várias novenas. Uma delas foi na terrível travessia do Cabo, onde foram assaltados por uma imensa tempestade que os ia fazendo naufragar e, porventura, perecer.

Foi nesta viagem, a 21 de Abril, pouco mais de um mês depois de saírem de Lisboa, que morreu o P. Baltazar da Costa, o grande missionário do Maduré. As estatísticas referentes a esta viagem e à nau onde viajava João de Brito dizem-nos que morreram três dos sete sacerdotes, cinco dos nove escolásticos (estudantes jesuítas) e o único Irmão. Não é retórica afirmar que tal estatística e tão dolorosa viagem exigiam de todos, mas dum modo particular daqueles que iam para servir o Reino, uma fé robusta, uma audácia e tenacidade invulgares, uma abne-

gação e espírito de sacrifício sem medida. Só o amor a Jesus Cristo, conhecido através da oração numa relação pessoal íntima, podia realizar tal obra, só o amor dos homens, a quem iam evangelizar e servir, poderia levar a tão grandes e heróicos sacrifícios.

A chegada a Goa, depois de muitas tormentas, deu-se no dia 14 de Setembro desse ano de 1673, ou seja, sete meses depois de terem saído de Lisboa. Como era costume na época, «os canhões do forte salvaram, em sinal de boas-vindas, todos os sinos da cidade repicavam em meio de tão grande regozijo, e os navios lançaram âncora. Para João de Brito e seus companheiros sobreviventes terminava uma grande aventura, mas outras haviam de vir. Se ao verem o verdejante e fértil território de Goa, os sobreviventes se puseram a cantar a plenos pulmões cânticos de acção de graças a Deus e a dançar de contentamento, não haveria que espantar. É que estar vivo, e em Goa, era na verdade uma proeza e uma grande alegria». Assim se expressa um biógrafo do Santo, Albert Nevett, S. J.

Goa, a bela e harmoniosa cidade, a que já nessa altura chamavam a «Roma do Oriente», ou a «Goa dourada», foi para os missionários acabados de chegar lugar de bálsamo e refrigério, de alegria e de paz, de alimento, água, conforto. Para João de Brito, o conforto espiritual, sobretudo ao visitar o túmulo do seu patrono, S. Francisco Xavier, teria sido enorme. Momentos magníficos de profunda acção de graças. Como não dariam, João de Brito e seus companheiros, comoventes acções de graças a Francisco Xavier, a quem tinham recorrido tantas vezes ao longo da viagem e através de quem Deus lhes concedera tantos dons?!

Depois de algum tempo de merecido descanso e de ter recuperado forças, a primeira missão confiada a João de Brito foi terminar os estudos de Teologia e preparar o exame final desta. Fê-lo em Goa, provavelmente no colégio de S. Paulo que a Companhia tinha nessa cidade. Terminada a teologia, João de Brito irá fazer a chamada Terceira Provação, ou seja, aquilo que Santo Inácio chamava a «escola do affecto» e que é, de algum modo, um novo ano de Noviciado. De facto, depois de uma tão longa formação, quer Santo Inácio que antes de entrar na pujança da vida activa se faça, durante um ano, não só, novamente, os Exercícios Espirituais de trinta dias, como o estudo das Constituições e outros documentos, além de algumas experiências, como a de passar um mês a tratar de doentes num hospital.

É natural que João de Brito tivesse uma terceira provação mais reduzida em tempo. Provas e dificuldades já tinha de sobra. Talento e virtude também não lhe faltavam. Assim, nos primeiros meses de 1674, João foi enviado para Ambalacata, onde a Companhia de Jesus tinha um colégio para os estudantes da província de Malabar e um seminário para a formação de sacerdotes do rito sírio. Por pouco tempo, contudo, ficou João de Brito nesta missão, pois passados poucos meses foi enviado para a missão do Maduré, que ficaria para sempre unida à vida, ao martírio e à glória de João de Brito.

8 – A VIAGEM PARA O MADURÉ

João de Brito encontrou em Ambalacata o P. André Freire, notável missionário do Maduré durante mais de vinte anos. Os diálogos com este mestre e modelo de missionário foram preciosos para o P. João de Brito. E para ainda mais o ajudar, o P. Provincial encarregou o P. André Freire de acompanhar o novo missionário até ao Maduré e deu-lhe a missão de ser o Superior da Comunidade. Deus, através destas circunstâncias, ia abrindo caminhos e ajudando João de Brito.

A primeira dificuldade que se apresentou ao jovem missionário foi a aprendizagem da língua tamul, que é a que se fala no Maduré. O talento e a invulgar força de vontade de João conseguiram vencer esta barreira. Além da aprendizagem da língua, os missionários tinham de mudar o seu estilo de vida (traje, alimentação, costumes), tinham de viver sob o domínio dos governantes indianos, ficar sujeitos às suas leis e, como escreve H. Doering, «para serem aceites pelas populações locais tinham de se adaptar em tudo aos costumes indianos, não recebiam grandes benefícios materiais, se é que alguns havia para lhes oferecer, em comparação com os que recebiam em Goa. Nem sequer podiam proporcionar aos seus convertidos a necessária protecção em tempo de perseguições,

nem nas guerras locais, tão frequentes aqueles tempos. Estes missionários também não podiam apresentar-se como membros de uma raça superior, já que nada tinham a comprová-lo. Tinham de confiar somente na santidade, na instrução, na religião e na graça de Deus. Tal era, em poucas palavras, a situação que João de Brito veio encontrar em 1673».

Para se ir preparando para as durezas e costumes do Maduré, João de Brito, logo que chegou a Goa, e depois em Ambalacata, absteve-se totalmente de carne, ovos, peixe e álcool, dormindo no chão, caminhando descalço, visitando hospitais e cuidando dos mais necessitados. Tal vida edificava de tal modo os seus irmãos que tentaram impedir que fosse para o Maduré. Queriam-no em Goa para ser professor de filosofia e encarregar-se dos jovens jesuítas em formação. Mas João, com a convicção profunda da missão que tinha a cumprir, conseguiu novamente convencer a todos que o lugar onde Deus o queria era o Maduré.

Já em Portugal, pelas cartas enviadas pelo P. Baltazar da Costa e por outros missionários, sabia bem os trabalhos e incómodos que o esperavam. Mas era isso mesmo que desejava, era por isso que lutava. Desde as guerras e perseguições aos missionários, ao calor abrasador e tão pouco saudável, ao alimento tão pouco propício para um europeu, sobretudo se era frágil de saúde como João de Brito, o Maduré era por si mesmo um martírio quotidiano.

A viagem de Ambalacata ao Maduré, pelo que refere em carta o P. André Freire, foi feita por terra, a pé. João, a quem foi dada a possibilidade de escolha, preferiu esta

por ser mais incómoda ou como ele afirmou: «Vim à Índia para suportar trabalhos e privações, não para levar uma vida de comodidades».

A primeira etapa, de Ambalacata a Colei, é, em linha recta, de cerca de 450 quilómetros. Aí, o P. Freire escreve ao P. Geral, Paulo Oliva, uma carta preciosa que nos concede a graça de perceber como foram heróicas essas semanas de caminhada. Transcrevemos aqui parte dessa maravilhosa narrativa:

Permitiu o Senhor que lhe tocasse eu em sorte por companheiro, para poder referir, como testemunha de vista, quanto se passou.

Na primeira viagem, antes de nos embrenharmos naqueles montes, foi necessário arranjar guias, pois sem eles não se pode passar por tais sítios por causa da ladroeira. A meio do caminho, perto dum rio, veio sobre nós tão forte pancada de água que, antes de termos tido tempo de chegar a casa de certo homem reputado, para nos abrigarmos, ficámos ensopados dos pés à cabeça, parecendo que nos haviam mergulhado no rio. Uma vez debaixo de telha, foi mister perder boa parte da noite em dar razões de nós e do nosso modo de vestir e em satisfazer as perguntas daquela gente que nunca havia visto por ali modo de vestir tão diferente do indiano. E tendo nós fornecido as devidas informações por meio de alguns brâmanes que sabiam a nossa língua e a deles, fomos agasalhados nas piores condições, pois, além de nem ceia nos darem, deixaram-nos num canto da casa sobre a terra nua, não acendendo fogo para nos aquecermos e reanimar os membros trémulos; tais costumam ser os

refrigérios de quem aspira a coisas grandes e trabalha na conversão das almas.

A seguir à narração deste episódio, o P. André Freire relata as muitas perguntas impertinentes a que foram submetidos e diz que, devido à idade tão jovem do P. João de Brito, o tomaram por seu filho e não conseguiu persuadi-los do contrário. Depois afirma o seguinte:

Dois brâmanes que nos serviram de guia na viagem combinaram esta de tal modo ao sabor dos seus interesses que, em vez de caminhar de dia, nos obrigavam a caminhar por aquele bosque cerrado a noite inteira com perigo de sermos devorados pelas feras, pois a floresta está infestada de tigres, ursos e elefantes.

O P. João de Brito, acrescenta ainda o autor da carta, não acostumado a viajar, em particular através de sítios tão ásperos, escarpados e pedregosos, conhecia bem que o caminho era acima das suas forças. No entanto, com os pés inchados e feridos, animado pelo fervor e confortado pelo espírito divino, seguiu por espaço de onze léguas os guias, que andavam em velocidade notável, sem se queixar nem proferir palavra; porém todos puderam observar quão esgotado e desfeito vinha; mas o que mais nos preocupava era faltar-nos mais de metade do caminho para chegar a Santiamangalam, onde começa a cristandade, e o Padre, com os pés gretados e em carne viva, estar pouco menos que impossibilitado de prosseguir. Apesar de tudo, queria continuar pouco a pouco até chegar a ver cristãos, porque dizia, com a vista deles se consolaria muito e se sentiria aliviado dos trabalhos. E assim aconteceu.

Como estas agruras e tão difíceis caminhos, estas dores, provas e cansaços eram bem diferentes das comodidades da corte de Portugal ou dos carinhos maternos de D. Brites! Mas João, por amor do Senhor Jesus, tudo suportava com constância e heróica tenacidade.

A viagem, o cansaço, o calor e tantos outros duríssimos incômodos fizeram com que João de Brito adoecesse e estivesse às portas da morte. Foi preciso esperar um mês para poder continuar viagem. E continua a narrativa do P. André Freire:

Fomos prosseguindo nosso caminho por aqueles altíssimos montes que não são inferiores aos do Malabar, e tão a pique que era preciso vencê-los com a ajuda das mãos, a modo de animais, agarrando-nos aos arbustos para poder subir. Mas o incômodo da subida não se comparava ao temor de ser devorados pelas feras; e certa noite pouco faltou para nossos corpos serem pasto delas, pois anoitecendo-nos em meio de um daqueles montes escarpados, ali fomos obrigados a pernoitar, quando pela madrugada vimos à distância dum tiro de pedra um bando de tigres que caminhavam em direcção a nós. Armados com o sinal da santa cruz e o nome de Jesus, pusemo-nos em fuga até chegarmos a Gonur e Darmaburi.

Ali foram acolhidos com grandíssima caridade e hospedados durante alguns dias pelos Padres António Ribeiro e Muccicareldi.

Que belo filme daria essa tão audaciosa viagem, que ainda não terminara, pois faltavam cerca de 135 quilómetros! Por singular privilégio da Providência, chegaram ao Maduré, a Colei, no dia 30 de Julho, véspera da Festa

litúrgica de Santo Inácio de Loiola, o Fundador da Companhia de Jesus. De facto, Inácio faleceu em Roma a 31 de Julho de 1556, dezasseis anos depois da aprovação da Companhia. Deixou cerca de mil jesuítas espalhados pelo mundo.

Para João de Brito e seus companheiros, poderem celebrar a Festa do Fundador no dia seguinte à sua chegada a Colei, no Maduré, foi um mimo de Deus, uma graça especialíssima. E foi também, seguramente, semente de esperança, certeza de protecção para o trabalho apostólico que iam empreender.

9 – O MUNDO QUE O ESPERAVA

Henrique Doering, S. J., que foi bispo de Poona, na Índia, e biógrafo de S. João de Brito, tem no seu livro um capítulo que descreve o país e os habitantes da missão do Maduré quando o nosso missionário lá chegou. O P. Albert Nevett, S. J., na sua obra *João de Brito e o seu Tempo*, também se detém a descrever com pormenor certos costumes e ritos, contando casos diversos em que nos apercebemos da vida do Maduré quando João de Brito lá chegou. Aproveitando esse material, queríamos dar ao leitor uma pequena ideia do que se passava no Maduré por volta do ano 1675.

A missão do Maduré estendia-se por um território imenso que ao norte chegava aos montes Gates e a oriente ia até ao oceano. Religiosamente, este longo território dependia da jurisdição de três bispos: o Arcebispo de Ganganor e os bispos de Meliapor e Cochim.

«Politicamente, escreve H. Doering, a missão compreendia vários reinos, uns grandes, outros mais pequenos, estes na sua maioria vassallos daqueles, e os maiores por sua vez tributários do reino de Bisnagar, ao norte.

O terreno, na maioria, era plano, cortado por numerosos rios. Só na época das monções, de Junho a Novembro, é que levam água e no resto do ano vão quase secos.

Os campos de arroz alternam com densas florestas; não com florestas virgens de grandes árvores, mas espessas matas de acácias, bambús e arbustos espinhosos, que frequentemente se estendem por percursos de horas e horas».

Mais que descrições de terra e cultura, importa-nos sobretudo o povo com quem João de Brito iria trabalhar. O número de habitantes de todo o território da missão devia, nessa altura, elevar-se a uns oito milhões.

«Nas florestas, continua ainda H. Doering, viviam os *Callers* pertencentes à casta dos ladrões, cujas povoações jaziam ocultas entre os bosques, podendo assim defender-se facilmente contra os assaltos inimigos». E por mais estranho que nos pareça era entre os *Callers* que os missionários e os cristãos se refugiavam, «quando os exércitos dos príncipes inimigos caíam sobre o país e o percorriam e saqueavam, ou quando alguma perseguição por parte dos sacerdotes dos ídolos obrigava os cristãos a esconderem-se por algum tempo».

As castas, com os seus regimes, dominavam dum modo muito rígido, criando profundas separações e grandes conflitos, talvez mais que em qualquer outra parte da Índia. A primeira casta, que estava acima de todos, era a dos Brâmanes, que se vangloriavam de ter nascido da cabeça de Brama, enquanto, segundo eles, as outras castas inferiores teriam nascido do braço, pé e ventre. Os Brâmanes tinham grande influência, quer junto de el-rei, quer junto do povo. Eram grandes inimigos do Cristianismo, pois este ameaçava tirar-lhes a influência, o que a sua soberba e posição não toleravam, pois achavam-se

Grupo de peregrinos portugueses na igreja de S. João de Brito, em Oriur, Índia., em 1994.



mestres do povo, depositários da ciência e sustentáculo da vida religiosa.

Doering descreve do seguinte modo as três outras castas: «A casta dos guerreiros era a segunda em posição e influência, sobretudo naqueles tempos em que o ofício das armas estava florescente e reputado, pois o fardo da guerra apenas se extinguia por breve prazo. Os mercadores, chamados no Maduré Gheti ou Komati, ocupavam o terceiro lugar. Tinham então, como ainda hoje, grande influência sobre o povo por causa de suas riquezas. A quarta e última casta era a dos Schudras que exerciam a agricultura e as diversas profissões: dela haviam saído vários príncipes reinantes, e a ela pertenciam, como uma sub-casta, os Callers que exerciam a profissão de ladrões».

«Os que não tinham casta chamavam-se geralmente Párias. Eram desprezados e como que calcados aos pés, sendo destituídos, em absoluto, de quaisquer direitos. Era precisamente a estes pobres e desamparados que os missionários procuravam com particular amor». Sabemos que era entre os Párias que S. João de Brito tinha mais amigos predilectos, estando disposto a fazer por eles os maiores sacrifícios.

Talvez para a nossa cultura e mentalidade moderna europeia nos custe a entender esta tão rígida divisão das castas e, sobretudo, o modo como os Párias eram tratados. De facto, não podiam habitar na vizinhança das povoações, estava-lhes proibido com imenso rigor, não só tocar nas pessoas doutras castas, mas até roçar por elas os vestidos ou tocar nos seus instrumentos. E já que os Párias não só não podiam entrar em seus templos como

em suas casas, não se serviam deles como empregados de casa, de cozinha, etc.

Talvez percebamos agora melhor que os portugueses, holandeses, ingleses e franceses, que eram designados de *Paranguis*, fossem tidos por Párias e desprezados, pois os aceitavam como cozinheiros e criados de suas casas. Por isso, também os missionários que lidavam com os Párias, os baptizavam, ajudavam e instruía, eram desprezados pelas outras castas. Estar do lado dos Párias, ajudá-los, era ter como inimigos os membros das castas. E se algum membro de qualquer das castas se convertia e contactava com os missionários, chamados como vimos os *Paranguis*, era desprezado por sua família e as relações com os companheiros eram cortadas. Escrevendo sobre este assunto, S. João de Brito dirá que as famílias tinham «por maior afronta o ser discípulo de um Paranguí, que ser açoitado e ferrado por ladrão. E não é desonra, nem baixeza para eles – continua João de Brito – o andar acarretando esterco; e é infâmia irremediável receber o baptismo da mão de um Paranguí...».

No meio deste labirinto, os missionários tentavam tudo para não serem iguallados aos *Paranguis*, adaptando-se aos costumes e, até, por vezes, empregando tintas para dar à pele uma cor mais escura e mais semelhante à dos indígenas.

Numa longa e célebre carta enviada em 1683 por João de Brito ao P. Geral, nesta altura o P. Carlos de Noyelle, pois o P. Paulo Oliva, que tinha enviado João para a Índia, tinha morrido em 1681, descreve com muitos pormenores as diversas seitas, os seus ídolos, os diversos erros,

etc. Segundo João de Brito, nessa carta, os indígenas afirmavam haver mais de trezentos e trinta milhões de deuses e que a alma do homem são também os astros, os elementos, as cobras, os elefantes, as vacas e os cavalos e que os adoravam. Depois descreve o modo como adoravam, dizendo:

O modo com que estes idólatras adoram os seus deuses, é o mesmo com que adoram a seus mestres espirituais, e muitos também a seus reis; e vem a ser, que levantando as mãos ambas juntas sobre a cabeça, se lançam com o peito por terra, ou uma ou três vezes, e depois ou em pé ou assentados no chão com os pés encruzados, fazem as suas rezas e orações e nunca se põem de joelhos.

Gentes e costumes tão estranhos, seitas religiosas tão diversas, profusão de templos pagãos e de ídolos, teorias e sacrifícios inauditos, era o campo de trabalho que esperava João de Brito. E sabemos como o desejava, quanto lutou e sofreu para lá chegar, quanto ansiava por dar a conhecer Jesus Cristo e, se fosse necessário, dar a vida pelo Mestre.

10 – A MISSÃO DO MADURÉ

Já nos referimos às cartas que do Maduré, ao longo de dezenas de anos, foram enviadas para Roma, para o Superior Geral, para Portugal, dum modo particular para os Colégios de Lisboa e Coimbra. Além dessas cartas, foram também enviados relatórios, quer dos Padres enviados à Congregação de Procuradores quer dos próprios Provinciais, além de muitos outros documentos e testemunhos, não só de Jesuítas mas de outros missionários, dos bispos das dioceses do Maduré e, até, de cristãos leigos, bem como de alguns governadores.

A missão do Maduré tinha passado uma fase de grande crescimento ainda antes de João de Brito lá ter chegado. Sabemos que, depois de longa e cuidadosa preparação, em certos dias de festa, como na Páscoa, chegavam a administrar-se 150 baptismos, aumentando esse número alguma vez até ao dobro, não chegando o dia inteiro para a administração do sacramento, pois eram feitos individualmente e com um ritual mais longo do que o usado actualmente.

Numa carta podemos ler algo de muito curioso acerca da vida dos convertidos, que pareciam levar com grande empenho a sua vida cristã:

A vida dos convertidos é muito edificante. Impossível de descrever o grande horror que têm ao pecado. É frequente ouvir de confissão a muitas pessoas que se desfazem em lágrimas de dor quando apenas existe matéria de absolvição. Os missionários atribuem a pureza de vida dos neófitos aos exercícios diários de piedade. Nos domingos e dias de festa dão-se a esses exercícios, e até há cristãos que passam quase todo o dia na igreja.

Mas não se pense que tudo era passado com facilidade e crescia sem sofrimento. Por outra carta sabemos o seguinte:

Em qualquer estação que se viaje há sempre bastante que sofrer. No Verão, por causa do sol, de tal maneira abrasador que em certos meses é impossível sair ao ar livre desde as dez da manhã às duas da tarde, a tal ponto o ambiente é irrespirável e sufocante. Conheço um missionário a quem os raios do sol queimaram e fizeram cair a pele da cara mais de trinta vezes. Na estação das chuvas ficamos logo ensopados aos primeiros chuviscos, pois trazemos apenas sobre nós um fino vestido de algodão. Durante o dia não há grande perigo. Quando, porém, a noite nos acolhe em sítio despovoado onde não se encontra nem palha, nem lenha, nem fogo, não temos remédio senão deitar-nos com a roupa molhada sobre a terra húmida.

Em terras tão difíceis, cristãos e missionários desta invulgar qualidade não podiam deixar de ser instrumentos da graça de Deus, através da sua abnegação e tão grande espírito de sacrifício. Apesar dos começos desta missão do Maduré terem sido bem dolorosos, pois o método mis-

missionário usado pelo célebre P. Nóbili levantou grande polémica e até perseguições. Para conquistar os Brâmanes, que como vimos constituíam a casta mais elevada, pensou o Padre que só o conseguiria se não os privasse da sua posição privilegiada, a não ser que as prerrogativas de casta fossem nalguma coisa idolátricas ou supersticiosas. Além disso, depois de aprender bem a língua indígena, começou a vestir-se como eles, com longa túnica arruivada e cordão de algodão pendente dos ombros sobre o peito, deixou crescer o cabelo ao jeito dos Brâmanes, começou a usar uma espécie de palmilhas de madeira, imitando o seu modo de calçar, abstinha-se como eles de comer peixe e ovos, etc. Quando lhe perguntavam quem era, onde nascera, donde viera, afirmava que era um *Saniás* romano. *Saniánis* eram Brâmanes gentios que levavam uma vida muito austera e eram muito estimados pelo povo devido à sua abnegação e mortificação.

O modo de vestir, comer, conversar começou a cativar alguns e em 1607 baptizou 10 brâmanes. Era a sua primeira conquista. Começaram não só a perseguição por parte de alguns brâmanes que invejavam o crédito do P. Nóbili, como até as incompreensões dos seus irmãos, tendo o assunto ido a instâncias superiores. E foi o Papa Gregório XV que, em 1623, devido à discordância de pareceres dos teólogos encarregados de examinar o «caso» do P. Nóbili, decidiu em favor do missionário. Entretanto, o Padre tinha sido proibido de baptizar durante quatro anos e o recomeço da actividade não foi fácil.

Mas Deus, que nunca falta com a sua graça àqueles que nele confiam, foi permitindo que se desbravasse ter-

reno, se organizasse novo método de acção evangelizadora, se conseguisse a colaboração de leigos catequistas. E a obra ia crescendo, e a cristandade aumentando, sem nunca faltar o sofrimento e a dificuldade, como é tão específico da vida dos seguidores do Evangelho. «O discípulo não é maior do que o Mestre» (Mt 10, 24).

Permita o leitor referir ainda mais dois testemunhos, para bem ilustrar o que acaba de ser dito. Numa carta de um jesuíta alemão enviada do Maduré, pode ler-se o seguinte:

A nossa mesa é o chão; em vez de prato servimo-nos de uma folha grande de figueira, nela deita o criado o arroz que nós com a mão direita misturamos aos legumes ou leite coalhado, e com a mesma o levamos à boca.

E outro missionário, o Padre Bonchet, escreveu:

A água constitui a nossa única bebida. Nas estações frias ainda se consegue beber, mas no Verão, quando os tanques em que se recolhe a água das chuvas começam a secar, esta torna-se turva e má. Abrem-se então poços no leito dos rios; a água, porém, que deles se tira é tão salgada que quase se não pode beber, e todos preferem a água suja dos tanques.

Outro missionário desta zona descreve assim o modo como vestiam e sofriam:

O nosso vestido compõe-se de uma túnica amarelo-avermelhada. Quando de viagem, levamos em uma das mãos um bastão comprido e na outra uma vasilha de cobre com água para não morrer de sede pelo caminho neste país abrasador, em que é raro encontrar-se água potável.

Era no meio deste povo indígena onde, como vimos no capítulo anterior, proliferavam os deuses, os templos pagãos, as divisões das castas, entre uma comunidade cristã fiel e a florescer, com uma vida tão dura e sacrificada, tão austera e difícil, que viviam os missionários quando João de Brito chegou ao Maduré. Nessa altura, contudo, a guerra feroz entre alguns dos reinos dessa imensa zona tornava a vida ainda mais difícil e a acção missionária mais sacrificada. João de Brito, o nosso herói, não temia sofrimentos, dores, fomes ou até a morte. Era cordeiro preparado para o sacrifício.



11 – A ACÇÃO MISSIONÁRIA

Os primeiros cinco anos de acção missionária, ou seja, de 1674 a 1679, passou-os João de Brito sobretudo em Colei e Tatuancheri. Logo que os conhecimentos da língua tamul foram suficientes, iniciou o P. Brito a sua acção, mas a guerra e as consequências desastrosas dela provenientes, dum modo particular uma grande epidemia, levaram-no a trabalhar com os doentes, os mais desprotegidos, os contaminados. Acção tão heróica e dedicada, pondo em risco a própria vida, deu a João de Brito grande prestígio, pois viam nele um homem santo, vivendo a caridade evangélica.

Como já notámos atrás, os sacerdotes gentios, sobretudo da seita que invocava o deus Xivá, faziam grande luta contra o Cristianismo e serviam-se de todos os meios para revoltar os cristãos e os gentios contra os missionários. Nas suas longas caminhadas e nas visitas aos empestados, João foi-se apercebendo dessa luta e do poder desses inimigos do Evangelho. Queriam sobretudo pressionar os cristãos a untarem os corpos com as cinzas consagradas aos ídolos, dizendo-lhes que ficariam preservados do contágio. Vendo tantos a morrer e sendo tão grande a epidemia, é fácil imaginar como estes enganos e falsas promessas eram uma verdadeira tentação.

É verdade que João de Brito ficava edificado e contente ao aperceber-se da heroicidade de muitos cristãos e do testemunho evangélico de suas vidas. Iam sendo ministrados sacramentos aos doentes, ajudando-os a sofrer e a bem morrer. Tudo isto com grandes perigos e não poucas provações.

Ao fim de dois anos de permanência em Colei, João de Brito foi enviado para Tatuancheri. Apesar do bom acolhimento feito pelos governadores quando o P. Brito, com alguns brâmanes, os foi visitar e da promessa de protecção ao missionário e aos cristãos, a vida não foi fácil. Novas guerras e destruições aumentavam a fome e a miséria, o sofrimento e a desgraça. Além disso, pouco mais dum ano após a chegada de João de Brito, inundações terríveis, causadas por chuvas torrenciais, provocaram grandes estragos. O P. André Freire refere-se assim ao acontecimento:

Todas as povoações foram arrasadas e pereceram um sem número de vidas humanas. Veio depois a fome e a peste. Bandos de ladrões percorriam o país e tudo infestavam.

Trabalhar no Reino, evangelizar nestas terras e nestas circunstâncias não se tornava obra fácil. Deus, como o próprio João de Brito escreve numa carta ao P. André Freire, datada de 28 de Fevereiro de 1678, ia fazendo maravilhas, algumas de tal graça que eram tidas como verdadeiros milagres, o que por vezes favorecia muito o anúncio da fé e a adesão dos gentios, pedindo catequese e sendo baptizados. Seja-nos permitido transcrever aqui um destes casos, ou maravilhas, como diz o P. Brito:

A primeira foi a que sucedeu em Tirupirambiam, aonde um moço de idade de dezasseis anos pouco mais ou menos, ouviu contra vontade de todos os parentes a lei de Deus e eu, por ver sua muita fé, lhe dei o santo baptismo, depois de ele a ter ouvido seis meses inteiros. Depois de baptizado mostrou grandíssima fé nas perseguições que lhe fizeram seu pai e mãe, e mais parentes gentios, os quais venceu com não menor constância.

Adoeceu, pois, esse moço gravissimamente, dizendo uns que a doença era peçonha, outros que era lepra; e os médicos para o curar pediam grande quantidade de dinheiro, mas os parentes gentios, como costumam, diziam ser a doença castigo dos seus deuses por os haver deixado e se fazer cristão, e que só arrenegando e tornando-os a adorar o curariam, e não de outra maneira. O que vendo o bom cristão se encomendou muito deveras a Nosso Senhor e fez um voto a S. Francisco Xavier para que lhe desse a saúde. Coisa admirável! Deitou-se à noite tão enfermo que todos o tinham por incurável e levantou-se pela manhã tão são e valente que nem sinal de doença lhe ficou. Veio logo à igreja que distava como oito léguas da sua povoação, e com muita devoção se confessou e comungou, cumprindo o seu voto, que era de meio tostão para cera.

Estas e outras maravilhas pareciam ser já «milagres» da acção e da oração de João de Brito. E conta-nos outra do modo seguinte:

A quarta maravilha foi a que sucedeu aqui em Tatuancheri e em Catagueipatu aonde as searas, por causa da lagarta que lhe deu, se iam totalmente perdendo. Vie-

ram os gentios pedir-me remédio e eu lhes dei água e cinza benta, para que, em nome de Deus Omnipotente a lançassem com fé nas searas. Assim o fizeram, e a lagarta morreu toda e as searas frutificaram.

Milagre ou não, o certo é que João ia sendo cada vez mais estimado pelos cristãos do Maduré e muitos gentios tinham por ele grande admiração.

Certa vez, devido a grandes chuvas torrenciais e às cheias enormes com muitos perigos, ficou o P. João de Brito sem casa e sem igreja e só com a sua choupana, exposto aos frios e orvalhos, com o vento a entrar por todos os lados. Os dois governantes do reino, apesar de gentios, tinham muita estima por ele e enviaram-lhe uma carta dizendo ao P. Brito que dispusesse dos seus palácios caso se dignasse ir morar neles, e que mandariam logo que possível fazer-lhe nova casa.

Oração e sofrimento eram fermento de cristandade, de conversão de muitos gentios. Foram e são os grandes meios de alcançar os dons de Deus, sobretudo a fé. João de Brito aliava dum modo admirável a oração intensa a uma vida de profunda penitência, austeridade e sacrifício. Por isso o Senhor ia abençoando o seu trabalho e registam os relatórios da época que na Quaresma de 1678 foram mais de 3.000 os que receberam os sacramentos das suas mãos na pequena e não menos modesta igreja de Tatuancheri. E nessa Páscoa, com uma grande afluência de cristãos e gentios, foram batizados 300 catecúmenos.

Em certas viagens, João de Brito passava grandes tormentos, como estes que ele descreve numa carta de 13 de Março de 1679, dizendo que passou grandes trabalhos

por razão dos muitos rios, pegas e lagoas que passei a nado e pela grande falta do necessário para a vida humana que ali experimentei, e também os cristãos que me acompanhavam, aonde muitos dias não tivemos que comer mais que algumas ervas agrestes que naquele mato solitário com assaz trabalho colhíamos. Momentos difíceis que só os heróis sabem viver com profundidade.

O que João de Brito viveu, trabalhou, sofreu em Colei e Tatuancheri, continuou-o ele nas outras regiões. Sempre com um zelo admirável, no meio de perigos e perseguições, consegue ser o apóstolo audacioso, enérgico, destemido, pobre e simples, amado com carinho pelos seus cristãos. Em Cararambatu, mais ao Sul, não foram menores as dificuldades, mas o Senhor fazia frutificar a sementeira. Devido a uma perseguição, e sendo avisado que soldados enviados pelo rei de Tanjaor tinham vindo para o prender, passou para o reino de Ginja, onde permaneceu dois meses cheios de verdadeiras odisseias.

Numa delas, conta o Santo que depois de ter passado três rios a nado, anoiteceu estava ele em pleno mato, com muito frio e chuva. Segundo a descrição de João de Brito, quer ele, quer o cristão que o acompanhava estavam em jejum, mas graças a dois gentios que lhes vieram trazer fogo e algum alimento lá conseguiram passar o resto da noite. No dia seguinte, puseram-se a caminho debaixo de grande chuva até às quatro da tarde, quando chegaram junto duma ribeira que não podiam atravessar. Novamente cansadas e trabalhos. E, segundo o P. Brito, chegou depois um rapaz que *me pegou de um braço e me passou da*

outra parte da ribeira e a mesma ajuda deu ao cristão que me acompanhava.

De região em região, percorrendo a pé muitos milhares de quilómetros, desde 1679 a 1685, João administrou milhares de baptismos, além de outros sacramentos. Parece que a afluência de cristãos, por ocasião de certas festas, era tanta que não bastava um dia inteiro para confessar as mulheres e continuava toda a noite a confessar os homens. Tantos trabalhos no meio de tantas carências, fome, frio, perseguições levaram-no a cair doente várias vezes e algumas em perigo de vida, além das várias tentativas dos sacerdotes dos ídolos para o matarem. Algumas vezes foi salvo, pois os cristãos, como fizeram os de Cutur, que serviam no palácio do governador, preveniram o missionário que tinha sido dada ordem para o prender. Outra vez, em Tandasci, onde teve de viver muito tempo escondido na solidão dos bosques, onde os cristãos o iam procurar, sabendo o governador da sua presença mandou soldados para o prenderem e matarem. Salvou-o um cristão que primeiro tinha sido visto e preso pelos soldados e intimado a dizer onde estava o P. Brito, mas que, depois de solto, foi procurar o missionário, contar o sucedido e defendê-lo da prisão e da morte.

Outra vez, depois de percorrer várias aldeias catequizando, administrando sacramentos, visitando doentes, etc., deteve-se algum tempo em Xirincambur buscando algum bem merecido descanso. Mas imediatamente o governador da terra deu ordens para o prenderem e confiscarem os seus bens. «Na noite seguinte, escreve o biógrafo já citado, Henrique Doering, S. J., mandou oculta-

mente alguns soldados com a incumbência de lhe levarem a cabeça do padre; queria vê-lo, mas não falar-lhe. Estavam já perto da Capela quando se desencadeou uma terrível tempestade de relâmpagos e trovões, e assim, perdendo o caminho na floresta tiveram de renunciar a buscá-lo».

É impossível, num livro das proporções que desejamos que este tenha, narrar todos os acontecimentos, todas as viagens e realizações, etc., destes 11 anos de acção missionária do P. João de Brito na missão do Maduré. O que ficou dito é, sem dúvida, uma pequena amostra da vida heróica do grande missionário. Quem dera que bom realizador, com bons actores e bons meios técnicos, pudesse e quisesse fazer um filme sobre vida tão sublime e acção tão gigantesca!

De 1685 a 1686, João de Brito exerceu o cargo de Superior da Missão do Maduré. Desses anos não sabemos tantos pormenores, mas os testemunhos acerca do P. João de Brito são impressionantes. O P. Teles, por exemplo, numa carta a seu irmão que vivia em Portugal, enviada em 1686, escreveu:

O P. Brito é um verdadeiro apóstolo e um homem completamente extraordinário a todos os respeitos. Desde que vim com ele para esta missão, desenvolveu grandemente as cristandades pelo seu trabalho incansável, apesar de rudes perseguições. O cargo e a autoridade de Superior empregou-o só para nos ajudar, a nós, seus súbditos, os trabalhos mais pesados reservou-os para si. Não há perigo que não afronte para salvar uma alma e dilatar o reino de Cristo. Mais de uma vez foi preso por amor de

Cristo e condenado a tormentos espantosos. Por minha parte fui objecto de seu muito amor e bondade, e nunca poderei mostrar-me bastante agradecido a este grande apóstolo.

E noutra carta, o mesmo P. Teles afirmou acerca do P. João de Brito:

Este grande missionário percorre constantemente os reinos que abrange a missão e sempre a pé descalço. O seu zelo e ânsia de ajudar e converter os gentios é tão grande que me parece ver nele a S. Francisco Xavier.

O tempo em que exerceu o cargo de Superior do Maduré foi de muita dor e sofrimento, pois um pouco por todo o lado, pelo menos nalguns reinos, desencadearam-se grandes perseguições contra os cristãos e em algumas terras, como em Combuconão, os brâmanes furiosos, com licença do primeiro-ministro, conseguiram do rei licença para prender e meter na cadeia todos os cristãos.

Noutro local, que se pensa ser Bentaculam, estava João de Brito a preparar 200 catecúmenos quando «certa noite, já tarde, lhe chegou a notícia de que se avizinhava uma chusma de gentios amotinados pelos brâmanes, que o queriam prender. O Padre aconselhou aos catecúmenos que se pusessem a salvo, e para lhes dar tempo, saiu ele mesmo ao encontro dos inimigos, perguntando-lhes que desejavam. Responderam-lhe com injúrias e pancadas: depois lançaram-lhe grilhões e levaram-no preso juntamente com os catequistas.

Passaram vários dias no calabouço: e por duas vezes se lhe apresentaram os verdugos armados de achas para os degolar. O P. Brito e os catequistas inclinavam já a

*Quadro de S. João de Brito. Pintura a óleo de Pedro Cruz,
1951 (Colégio de S. João de Brito – Lisboa).*



cabeça, para receber o golpe, quando no último instante os brâmanes e sacerdotes dos ídolos julgaram mais prudente desistir da morte e pôr em liberdade os prisioneiros. Confiscaram-lhes, porém, tudo o que consigo traziam».

A fúria das perseguições levava o P. Brito a ter de se deslocar de uma zona para outra, tentando socorrer, animar, fortalecer. E as mais cruéis perseguições eram movidas por Ramanaique, que se comportava como o maior inimigo dos cristãos. Tanta fúria e perseguição, com as consequentes prisões, levavam a ter as cadeias daqueles reinos atulhadas de cristãos. Passado algum tempo, devido ao procedimento de alguns cristãos que trabalhavam no palácio de el-rei, tendo a seu cargo os cavalos e elefantes, e com a protecção dum maometano, conseguiram tempos de mais paz e muitos cristãos foram libertados.

12 – A VIDA NO MARAVÁ

O reino do Maravá tinha estado muito fechado à acção missionária, pois vivia-se aí grande furor contra os cristãos. Poucos missionários se atreviam a entrar nessas regiões, procurando os cristãos a sua ajuda e os sacramentos nos territórios limítrofes de outros reinos. João de Brito não suportava a ideia do Maravá não ser evangelizado, e decidiu partir para lá, apesar da oposição dos outros Padres e até de muitos cristãos. O seu zelo, a sua audácia não diminuía perante os perigos.

Assim, vindo de Combuconão chegou a Maravá, a 5 de Maio de 1686. Ficou a viver nas florestas, um pouco às escondidas, onde os cristãos o procuravam para receber sacramentos e onde os catecúmenos eram instruídos. Em cerca de dois meses, nessas florestas que se tornavam verdadeiros santuários de rara beleza e não menor santidade, baptizou 2.070 catecúmenos que ele próprio preparou, com muitos ensinamentos, durante semanas inteiras.

A 17 de Julho, depois de celebrar a Eucaristia, partiu duma povoação chamada Beleiculão para Mangalão. Ao chegar, foi preso. Seja-nos permitido transcrever parte duma carta que escreveu, da cadeia, ao seu Provincial:

Dia de Santo Aleixo, vindo de viagem, me prendeu o Padrane do Maravá que se chama Cumara Pilei. Tomou-nos tudo. Quis que disséssemos Xivá, Xivá (é o nome de um dos principais ídolos que os gentios por ali adoram), que dito esse nome nos largaria, dando-nos tudo; que nos honraria, e daria licença para pregar a lei de Deus e me daria uma herdade e um cavalo. Respondemos, eu e seis cristãos que foram presos comigo, que não havíamos de dizer tal nome. Eu fui então esbofeteado, atado com dois grilhões e amarrado ao cepo dos párias na rua, aquela noite e o dia seguinte até às duas da tarde. Os cristãos, principalmente Xeluem, catequista, e Xurampem foram espancados tão cruelmente que lhes arrancaram a pele das costas e do peito, e todos foram presos ao cepo comigo.

Ao outro dia foram submetidos a tratos de água, e receberam muitas pancadas e feridas... fomos levados em companhia do Padrane e seu exército à fortaleza de Calincore com notável crueldade. Ali deram cruéis tormentos a Xurampem que se tem havido como glorioso mártir. Nós fomos condenados a ser atenazados: veio fogo, tenazes e os demais aparelhos, mas não chegou a execução por ser de noite.

A mim lançaram-me dois grilhões e aos outros um só, e fomos metidos em um rigoroso cárcere, onde estivemos até 28 deste, e fomos trazidos amarrados com cordas a este Paganei, aonde chegámos mortos de fome e sede, e abrasados do caminho; e, chegando nos intimaram sentença de morte, se não disséssemos Xivá, Xivá. E como respondéssemos que não havíamos de dizer tal nome, le-

vámos muitos coices, bofetadas, açoites, pancadas e tratos; e fomos lançados em grilhões; e o Padrane se partiu a confirmar a sentença com o Maravá, e cada hora esperamos pela resposta, e estamos muito contentes e conformes com a divina vontade, que nos faz tanta mercê como é dar a vida por uma santa lei. V. R.^a me lance sua santa benção e peça aos Padres todos me recomendem muito a Deus, para que me dê a última graça; que eu me lembrarei de todos no Céu.

Julho, 30 de 1686.

Filho em Cristo de V. R.

João, condenado à morte por Cristo.

Esta carta é um testemunho maravilhoso e comovente dum homem cheio de fé e disposto ao martírio. Sabemos por outras narrações e cartas de missionários como foi este «martírio». Assim, sabemos que em Codiarcoil o suspenderam com duas cordas, atando-lhe os pés a uma árvore e as mãos a outra. Ficou assim muito tempo, a ponto das cordas penetrarem na carne e lhe fazerem grandes feridas. Nessa terra passou na cadeia 11 dias, comendo só um punhado de arroz ao dia.

Em Paganei sabemos que foi esbofeteado e condenado a serem decepados pés e mãos e, depois, espetado no poste. Não chegaram a tal crime. Mas não deixaram de o fazer sofrer cruelmente. Despiram-no e deitaram-no sobre uma pedra com pontas agudas e fortemente aquecida, arrastando-o de um lado para o outro, e depois deixaram-

-no todo ferido e meio morto ao ardor do Sol escaldante até à noite, metendo-o depois na cadeia.

Certo dia, chegaram ao cárcere os verdugos, com a acha e o cepo, a fim de deceparem a vítima. Faltava o ministro de el-rei que havia de presidir ao crime. João de Brito e os seus companheiros catequistas viviam a certeza do martírio e preparavam-se com orações e cânticos, confiando a Deus as suas vidas. Assim ficaram vinte e dois dias numa expectativa desgastante e que era, por si mesma, um longo e doloroso sacrifício. Finalmente, são levados a pé ao palácio do rei, Ramana Adburam, hoje Ramnad, que ficava a 60 km de distância. Depois de tanto sofrimento, ainda esta longa caminhada, verdadeira «via-sacra». O P. João de Brito ficou em estado tão miserável e desfeito de cansaço, fome, sede e dores, que até os sacerdotes dos ídolos se compadeceram dele.

Levado, depois, ao palácio do rei, este dialogou com João de Brito e parecia não só compadecer-se do seu estado como, à maneira de Pilatos, não estar disposto a condenar João à morte. E, de facto, assim sucedeu. Ficava, contudo, proibido de pregar no seu reino uma religião que condenava a poligamia, o roubo e o culto aos ídolos, acrescentando que se o fizesse, o mandaria prender e arrancar-lhe-ia o coração do peito.

Em Agosto de 1686, posto em liberdade, é chamado pelo P. Provincial, P. Manuel Rodrigues, a Topo. Aí ficou a restabelecer-se dos tormentos, das feridas, do estado deplorável em que se encontrava. Mas o P. João, passado pouco tempo, já queria voltar à sua missão, para continuar a evangelizar. Só tinha um desejo, uma ânsia que, à

maneira de fogo, o consumia interiormente: falar de Jesus Cristo, dá-Lo a conhecer, fazê-Lo amar.

Os planos de Deus, contudo, eram muito diferentes. Tendo morrido o P. Francisco Pais, que tinha sido eleito para Procurador da província do Malabar, quando, já a caminho de Lisboa, a nau em que viajava naufragou perto do cabo da Boa Esperança, foi o P. João de Brito escolhido para o substituir. Impunha-se, pois, apesar de João estar bem longe de querer ou imaginar tal coisa, preparar esta viagem e dirigiu-se para Goa, de onde embarcaria para a Europa.

Parece que o embarque se deu a 15 de Dezembro de 1686, na nau em que regressava o vice-rei Francisco de Távora. A nau, depois do cabo da Boa Esperança foi em direcção ao Brasil, onde estiveram algum tempo. Chegou, finalmente, a Lisboa a 8 de Setembro de 1687. Esperava-o a sua cidade, onde nascera e vivera a sua juventude, e donde partira a 15 de Março de 1673. Foram 14 anos de vida intensa, dura, sacrificada, martirizada, de um fecundo apostolado exercido com abnegação, serviço dedicado e um amor evangélico aprendido com o Bom Pastor que deu a vida pelas ovelhas.



Oriur, Índia – Igreja de S. João de Brito.

13 – O REGRESSO DO «MÁRTIR» A PORTUGAL

As cartas dos missionários do Oriente, quer as de João de Brito quer as de outros missionários, bem como os seus relatórios, tinham falado muito da vida e acção de João de Brito, o «santo mártir missionário». Não é de admirar, pois, que todos aguardassem a sua chegada com alegria, carinho, curiosidade, desejos santos de poder vê-lo, ouvi-lo, tocá-lo. Não é verdade que muitas vezes os olhos se encheram de lágrimas quando nas comunidades se liam notícias acerca dos trabalhos e dos sofrimentos do «santo P. João de Brito»? Agora podiam revê-lo e ouvi-lo contar «maravilhas de Deus», realizadas por seu intermédio.

Chegou a Lisboa, como dissemos, a 8 de Setembro de 1687. Dizem os cronistas que a cidade exultou de alegria, que todos o veneraram, que não faltaram saudações e homenagens. Para a humildade e simplicidade de um homem de Deus, tudo isso parecia demasiado e redundava em supérfluo.

A primeira visita foi para o rei D. Pedro, o seu amigo de infância, que nessa altura estava em Salvaterra. O rei, a rainha, toda a corte recebem-no como o hóspede e o amigo mais ilustre. D. Pedro abraça-o comovido e tem

com ele longo diálogo. A rainha, D. Maria Sofia, que não conhecia João de Brito, fica impressionada com o «santo», ouve com atenção as suas narrativas, pede-lhe para, na Eucaristia do dia seguinte, lhe dar a sagrada comunhão. Sentia que comungar das mãos dum santo era uma graça.

Enquanto permaneceu em Portugal, João de Brito tratou de muitos assuntos referentes às missões, quer com o governo quer com os Superiores da Companhia. Mas não se pense que estar de novo em Portugal o levou a buscar ou aceitar regalias ou qualquer espécie de privilégios, pois isso não era próprio de um «santo», de um homem pobre e humilde como ele. De facto, até na sua alimentação não modificou em nada o seu modo de vida na missão e continuou a comer uma só refeição por dia, contentando-se com arroz, legumes e água. Disso mesmo dá testemunho o Arcebispo de Braga, quando mais tarde escrevia ao Papa Clemente XI: «Nós vimos como o venerável missionário, convidado connosco pelo duque de Marialva, Ministro d'el-rei, a jantar, dos pratos que passaram não tomou mais que umas poucas de ervas e alguma fruta». E o seu modo de dormir era sobre uma tábua, com uma pele, estendida no chão.

A quantos instavam com ele para que, ao menos na Europa, não vivesse deste modo tão duro, costumava responder:

Meus irmãos do Maduré levam uma vida mais dura ainda com seus fadigosos trabalhos e viagens sob o sol abrasador dos Trópicos; acham-se continuamente expostos a perigos e perseguições; sacrificam a saúde e a vida, se é preciso; como ousaria eu aqui passar melhor vida?

Que diriam S. Inácio, S. Francisco Xavier e o meu Divino Mestre, Jesus Cristo, se eu levasse o cálice aos lábios, mas não tivesse coragem de o esgotar até ao fim?

O P. João de Brito, que veio como Procurador da sua Província, devia ir a Roma participar na Congregação de Procuradores e tratar pessoalmente com o P. Geral vários assuntos. Devido a dificuldades existentes entre a coroa portuguesa e a Santa Sé, o rei D. Pedro II opôs-se a esta viagem. Tratado o assunto com o novo Superior Geral, o P. Tirso González, eleito a 6 de Julho de 1687, João de Brito foi dispensado de ir pessoalmente a Roma e tratou por escrito os assuntos que trazia para submeter ao P. Geral e seu governo.

Do governo português, devido também à amizade pessoal com el-rei D. Pedro, conseguiu maiores ajudas para os missionários e mais subsídios para os dedicados catequistas. Conseguidos os apoios materiais, era agora necessário conseguir mais apóstolos. Para isso, João de Brito vai percorrer as casas da Companhia em Portugal, cuidando de conquistar para a causa da missão do Maduré sobretudo os mais jovens jesuítas. Começou por Santarém, foi depois a Coimbra, onde muitos, depois de o ouvirem, se ofereceram para seguir para a Índia.

Terminada a visita a Coimbra, seguiu para o Porto, onde também foi recebido com entusiasmo, lágrimas de alegria, profunda devoção. É que poder ouvir João, ver as cicatrizes das diversas torturas, olhar o seu rosto, não podia deixar de comover. O Bispo do Porto, D. João de Sousa, amigo do heróico missionário, apresentou-se, com o cabido e dignidades da cidade, para cumprimentar João

de Brito. Na varanda do Colégio da Companhia, hoje Seminário da Sé, pertencente à diocese, João vestiu-se com o traje indiano, fez as cerimónias e foi saudado pelo povo.

Tendo entretanto chegado o Natal, João de Brito regressa a Coimbra para celebrar aí, com seus irmãos em religião, as solenidades natalícias. Depois parte para Lisboa e nessa viagem vai dar à mãe uma alegria indescritível. D. Brites vivia em Portalegre e logo que soube da chegada de seu filho, exultou de alegria e ansiava por vê-lo. Ele, não podemos duvidar disso, tinha os mesmos desejos e pensava, logo que resolvesse alguns assuntos importantes, ir ver e beijar sua piedosa e santa mãe, de quem, para não lhe aumentar a dor, não se tinha despedido antes de embarcar.

Ora D. Brites tinha vindo de Portalegre para o castelo onde vivia sua filha, casada com o conde de Pinheiro, perto da Golegã. Foi aí que se deu o encontro de João de Brito com sua mãe. Que maravilhosa entrevista! Como teriam sido aqueles diálogos, que sentiria a mãe ao ouvir João contar os seus trabalhos?!... Momentos de inesquecível alegria bem merecida para ambos.

De Lisboa seguiu João de Brito para Évora onde, como nas outras Comunidades, falou da sua querida missão do Maduré e conquistou alguns, mesmo alunos leigos, para a sua missão na Índia. De Évora foi a Portalegre visitar sua mãe na sua própria residência, visitando entretanto seu irmão Fernão, que vivia em Monforte. Nessa altura, tinha a Companhia um colégio em Portalegre, onde João se hospedou. O bispo D. João Mascarenhas era amigo pessoal do Padre Brito e este foi visitá-lo ao Paço episco-



O rio Douro e Gaia vistos da «Varanda de S. João de Brito», do antigo Colégio da Companhia, hoje Seminário Maior do Porto.

pal. Dizem os que presenciaram a cena que João de Brito, ao chegar, se ajoelhou para saudar o Bispo e receber a sua bênção, e que o bispo fez o mesmo para receber a bênção do sacerdote missionário. Nenhum queria ser o primeiro a levantar a mão para abençoar o outro, acabando por beijarem reciprocamente as mãos consagradas e continuarem depois longa conversa de amigos.

No final da estadia do Padre João de Brito em Portugal surgiu uma «tempestade» que fez correr muita tinta, exigiu muita diplomacia e não deixou de causar mal-estar e sofrimento. O rei D. Pedro não queria deixar João partir para a Índia e desejava que ele ficasse em Lisboa, não só para ser preceptor do Príncipe que tinha nascido, como para pertencer ao conselho do governo que tratava das missões. João pedia e insistia para o deixarem partir.

O P. Geral, Tirso González, informado do sucedido, escreve várias cartas afirmando o seu desejo: João de Brito devia partir para a sua missão do Maduré. Isso é mais importante que ficar em Lisboa, em trabalhos na corte. Mas o rei continuava com a sua ideia fixa: João tem de ficar. Tentou-se através dos confessores do rei e da rainha, mas nada se conseguiu. Com grande desgosto de João de Brito, a armada partiu para Goa em Março de 1689, mas o nosso missionário teve de ficar.

Numa carta ao P. Geral, datada de 4 de Julho de 1689, João expressa bem os seus sentimentos quando afirma:

Também eu fiquei dolorosamente impressionado com a decisão d'el-rei, pois nada mais tenho desejado que viver e morrer entre os meus neófitos pelos quais já pude trabalhar e sofrer alguma coisa... E mais adiante acrescenta: Trabalharei, porém, quando puder, para que a dilatação da minha partida não ceda em detrimento da província do Malabar. Espero mais adiante poder levar comigo muitos dos nossos.

Durante um ano, João de Brito esperou pela sua partida, que chegou, finalmente, em Março de 1690. Ao referir-se, poucos dias antes da partida, aos intentos de Dom Pedro, o santo escreveu:

Diz sua Majestade que me dá licença de partir, mas que daqui a dois anos me há-de mandar chamar; espero em Deus que se esqueça.

As despedidas, sobretudo da mãe e do irmão, como de outros amigos e irmãos da Companhia, foram dolorosas. Ao escrever a seu irmão uma última palavra, termina dizendo: *Adeus, meu irmão muito do meu coração! Adeus.*

O regresso à terra de missão era a alegria de João de Brito, mas devido a diversas circunstâncias, entre as quais o excessivo mau tempo, a partida, que deveria ter sido a 25 de Março, só se efectuou a 8 de Abril. Além disso, a vinda dum grupo de missionários italianos para partirem para a China complicou, pois eram jesuítas a mais para tão poucas naus. Finalmente, depois de alguns acordos, tudo parecia resolvido, mas ainda apareceu outra complicação que não deixa de ser comovente e curiosa.

Na manhã do dia de embarque, o P. João de Brito, acompanhado do P. Faria, veio à cidade, pois já estava no barco há vários dias. Quando regressava ao cais, encontrou D. Pedro Luís de Meneses, conde de Marialva, ainda seu parente, que insistiu com João de Brito para voltar ao palácio despedir-se novamente do rei. João não queria, pois o tempo era pouco e receava atrasar-se, mas o outro insistiu tanto que o Padre cedeu e lá foi para o palácio. Claro que as despedidas foram demoradas e João apercebeu-se com grande susto que as naus levantavam âncora e já iam a sair do porto.

João e o seu companheiro saíram do palácio e correram quanto puderam até ao porto, tentando aí conseguir um veleiro que os levasse até à nau almirante, mas não conseguiram. O P. Brito, angustiado com o sucedido, recorre a S. Francisco Xavier e suplica o auxílio do seu protector. Consegue, depois, uma fragata e lá parte rio abaixo, passando depois para outro barco mais rápido, e atingindo por fim a nau almirante. Ia, finalmente, para a «sua Índia». Nesta sua viagem não faltaram, como na primeira, sofrimentos causados pelas tempestades e

doenças, entre as quais uma febre epidémica que durou catorze dias. João de Brito, sempre dedicado aos doentes, servia-os com carinho, atendia aos moribundos, animava a todos, ajudava-os a rezar. O próprio Santo nos relata numa carta o que foi a viagem e os seus tormentos e trabalhos:

Na viagem estive mal, mas escapei pela misericórdia de Nosso Senhor. Morreram-me dois Companheiros, muito bons sujeitos e muito virtuosos, que eram o P. Manuel de Faria e o irmão Manuel de Figueiredo.

Da gente da nau morreram perto de quarenta, e todo o peso me caiu às costas, porque era o único sacerdote que vinha na nau; porque um padre dominicano que também o era, nem dizia missa, nem confessava, nem se levantava da cama por seus achaques; e dois clérigos estavam suspensos das ordens.

Espero que Deus Nosso Senhor me há-de perdoar alguns dos muitos castigos que mereço por meus pecados, pelo que padeci naquela nau. As doenças, os fedores, as fomes, as sedes, os frios, as calmas, as bonanças, os ventos contrários, o desassossego contínuo e, enfim, tudo.

No dia 2 de Novembro chegaram finalmente a Goa. Recebidos com alegria e carinho, precisavam agora de algum descanso. Mas João sonhava com a sua missão e desejava partir.

14 – O MARTÍRIO DO «SANTO»

João de Brito tinha dito que preferia «o mato do Maduré, ao paço de Portugal». Esta preferência foi heróica e vai custar-lhe a própria vida. Se não morreu no seu primeiro «martírio», vai ser transformado em herói da glória com o segundo.

Não chegou a dois anos de actividade esta segunda estadia de João nas terras da Índia. Antes de partir para a missão, não só visitou o túmulo de S. Francisco Xavier, como celebrou em Goa a grande festa que naquela terra se faz no dia do Santo, a 3 de Dezembro. E mais ainda: conseguiu o P. João de Brito, antes de partir para o sul, que na sua presença e do P. Provincial fosse aberto o túmulo de S. Francisco Xavier. É o próprio João que o narra em carta a seu irmão Fernão de Brito, de 26 de Janeiro de 1691, dizendo:

O P. Agostinho Lousado há-de entregar-te um barrete que eu com minhas próprias mãos toquei no corpo de S. Francisco Xavier; pois por minha causa foi a urna aberta em presença do P. Provincial, do Reitor da casa professa, e do sacristão. Peço-te que deixes esta relíquia na capela da mãe todo o tempo que ela viver. Não contes com voltar mais a ver-me em Portugal, pois na primeira ocasião que se me ofereça partirei para a minha missão.

Como deixar de realçar o sentido filial e o carinho e amor do coração de João para com sua mãe? Queria que fosse ela, até à morte, a gozar da presença da preciosa relíquia, que não devia ser de pouca consolação.

Partiu o Santo para a sua missão, depois de se ter encarregado primeiro de alguns assuntos que o P. Provincial lhe incumbira. De facto, escreveu uma carta ao P. João Costa, velho amigo e companheiro dos duros trabalhos no Maduré, em que diz o seguinte:

Domingo, em que se contarão 7 de Maio, faço conta de partir para o Maravá, e não é mau dia, porque é de S. João Mártir, que espero me encaminhe; e V.^aR.^a encomende este negócio muito a Deus para que seja de maior glória sua e bem da minha alma.

A 20 de Junho escreve ao mesmo Padre outra carta dizendo que já estava em Verugapati há quinze dias e que já tinha confessado quase 1000 pessoas e baptizado 400. Não ficou muito tempo nesta terra, pois foi nomeado visitador da missão e tinha que visitar todas as residências dos Jesuítas e ver e falar com todos os missionários.

Não será difícil imaginar, até pelo que relatámos nos primeiros anos de acção missionária do Padre João de Brito, o que significou essa visita. Quantos quilómetros, quantos perigos, quanta fome e sede, quantas preocupações o esperavam! Mas também, e é justo dizê-lo, quanta alegria para o santo, para os seus irmãos jesuítas, para os cristãos. Nestas viagens, sobretudo ao longo dos meses que andou no Maravá, várias vezes tentaram prendê-lo. A este respeito diz o P. Lainez: «Todos os dias andava o apóstolo em perigo de vida. Não podia



Oriur, Índia – Ruínas do palácio onde esteve preso S. João de Brito.

permanecer dois dias seguidos no mesmo sítio sem correr grande risco».

Continuam as conversões e os batismos. Em certa zona, manda construir três capelas nas florestas, onde bons catequistas preparam intensamente os catecúmenos. João de Brito vai, depois, de capela em capela para os baptizar. Mas a vida estava em contínuo perigo, pois o rei da região, que parecia benévolo, no seu interior pensava mandar degolar João de Brito. Este, porém, exuberante, cheio de fé e de alegria cristã, continuava lutando e sofrendo pelo Reino de Cristo. Chega a afirmar nalgumas cartas coisas tão maravilhosas como estas:

Eu quero mais o céu que a terra e mais os matos do Maduré que o paço de Portugal.

Vão, afirma noutra passagem, continuando as conversões e os batismos, e de diversas partes pedem de novo

catequistas. E quanto melhor é isto que todas as grandezas da Europa.

Noutra carta afirma:

Não creio que em nenhuma parte do mundo se possa trabalhar mais pela glória de Deus ou sofrer mais por seu amor.

Talvez seja um pouco longa para o leitor a narração da causa imediata do martírio do nosso Santo, mas não podemos deixar de falar dela, mesmo se brevemente. Um príncipe da casa real do Maravá desejou sinceramente conhecer a doutrina do *Saniás* cristão, como chamavam ao nosso Santo. Este enviou-lhe um catequista para o elucidar. Entretanto, o príncipe, que se chamava Tariadevem, adoeceu gravemente e estava desenganado dos médicos. Começou a rezar ao Deus dos cristãos e o catequista enviado pelo santo rezou com ele e leu-lhe o princípio do Evangelho de S. João. O príncipe no mesmo instante ficou totalmente curado.

Se o seu desejo já era sincero, agora, curado, pedia a presença do santo, pois queria baptizar-se. Veio o P. João de Brito e durante uns dias preparou-o. Um dos aspectos mais delicados era o assunto da poligamia, pois tinha cinco mulheres, mas o Santo explicou-lhe a lei de Deus e da Igreja neste particular e o príncipe aceitou. Decidiu ficar com a primeira mulher e comprometeu-se a dar sustento e a cuidar que nada faltasse às outras. Tudo parecia caminhar bem e o príncipe recebeu das mãos de João de Brito o santo baptismo. Surgiu, contudo, uma conspiração. A mulher mais nova era sobrinha do rei do Maravá, e foi ter com ele reclamando justiça, pois sentia-se humilhada por

causa do Padre Brito, a quem chamava o feiticeiro cristão. Não contente com as lágrimas e súplicas feitas a seu tio, foi também junto dos sacerdotes dos ídolos inflamar ódio contra o P. João de Brito e fomentar a sua morte.

Os sacerdotes gentios, tendo à frente o brâmane Pom-pavanam, que vomitava ódio contra o missionário, foram falar com o rei e convenceram-no a chamar à sua presença o príncipe Tariadevem, que se tinha separado de sua sobrinha. Soube por este a verdade: ele era cristão, o Santo tinha-o baptizado. O rei entrou em cólera e mandou saquear todas as casas dos cristãos, destruir todas as capelas.

João de Brito encontrava-se em Muni e o rei enviou soldados para o prender. Chegaram a 8 de Janeiro e João saiu-lhes ao encontro com um sorriso nos lábios, em paz e serenidade. Os soldados deitaram-no ao chão, feriram-no, bateram-lhe barbaramente, insultaram, disseram blasfêmias, etc. Atado a um cavalo dos soldados, juntamente com um jovem que não queria deixar o P. Brito e com um brâmane cristão, de nome João, foram levados para o palácio do rei. Caminhada dolorosa, pois o Padre, cansado e ferido, caía com frequência, e os soldados batiam-lhe, insultavam-no e obrigavam-no a caminhar. Numa das povoações por onde passaram puseram João de Brito, todo o dia, sem comer, em cima dum carro que nas festas pagãs levava as estátuas dos ídolos, enquanto o povo zombava dele, o insultava e maltratava.

Chegaram à capital a 11 de Janeiro e foram metidos no cárcere, onde sofriam maus tratos de toda a ordem e onde só tinham como alimento um pouco de leite por dia. Tiveram que esperar uns dias, pois o rei não estava na

capital. Quando este chegou, o príncipe Tariadevem, que se tinha convertido, sabendo que João estava na cadeia por causa dele, ou seja, por causa da sobrinha do rei que ele não conservou para mulher, tudo fez, expondo-se à própria morte para salvar o Santo, ou o seu «pai», como ele próprio gostava de lhe chamar. Nada conseguiu, pois a fúria dos sacerdotes gentios, o seu ódio feroz contra João de Brito tinham mais influência no rei que, por sua vez, também odiava o missionário e o desejava morto.

Entretanto, João, sempre preso e insultado, foi conduzido a Oriur, que distava da capital dois dias de viagem. Mais dores, insultos, fome e sede. Ia, contudo, o Santo exortando os cristãos e despedindo-se deles, pois sabia que a morte se aproximava. Sabendo que Tariadevem com alguns cristãos tentavam mais uma vez a sua liberdade, escreveu-lhes, convencendo-os a que nada fizessem para impedir a sua morte. Todos, quer os jesuítas quer os cristãos, oravam por João de Brito. Já que não o podiam libertar, pediam a Deus que o fortalecesse e amparasse.

Atado de pés e mãos, com os pés a sangrar, caindo pelo caminho várias vezes, João chegou a Oriur no dia 31 de Janeiro. Metido no cárcere, ainda esperou três dias o suplício, o que lhe deu tempo de escrever ainda duas cartas, uma ao P. Lainez, superior da missão, outra ao P. Costa.

Na carta ao P. Lainez, depois de lhe contar algo do que se passara, diz: *Agora espero padecer pelo meu Deus e meu Senhor a morte buscada duas vezes na Índia, na missão do Maravá, na verdade com grande trabalho, mas com prémio incomparável. A culpa de que me acusam vem de ser que ensino a lei de Deus Nosso Senhor, e que*

Martírio de S. João de Brito – Colégio da Rainha Santa (Coimbra).



de nenhuma maneira hão-de ser adorados os ídolos. Quando a culpa é virtude, o padecer é glória. Sempre tenho os soldados à vista e por isso deixo de escrever muitas coisas. Adeus, meus Padres. Peço as santas bênçãos e sacrificios de Vossas Rev.^{as}. Do cárcere de Oriur, 3 de Fevereiro de 1693.

Na carta ao P. Costa, escrita no mesmo dia, do cárcere, diz: *Fui remetido a Oriur ultimamente para ser degolado: padeci muito no caminho, cheguei e fui levado a juízo: confessei a fé cristã num largo exame: tornaram-me a meter no cárcere, em que fico esperando o bom dia...*

A 4 de Fevereiro, que nesse ano foi quarta-feira de cinzas, o rei entregou o Santo nas mãos dos seus algozes. Levaram-no para um lugar perto da fortaleza, junto da margem do rio. João, chegado ao lugar do suplício, pediu aos verdugos um pouco de tempo para se recolher em oração. Muitos curiosos e muitos cristãos amigos presenciaram que João se ajoelhou e rezava com ar alegre. Depois levantou-se, fez o sinal da cruz, abraçou os algozes e dispôs-se para a morte. Um dos verdugos, com uma corda que atou à barba do Santo, obrigou-o a inclinar a cabeça. João de Brito, de joelhos e mãos postas, aguardava o golpe mortal. Outro dos algozes, com uma acha, espécie de catana, deu-lhe um primeiro golpe no pescoço. Como não conseguiu separar a cabeça do tronco, deu-lhe um segundo golpe. E o santo morreu, o mártir deu a vida pelo seu Mestre. Cortaram-lhe, depois, as mãos e os pés; o tronco e a cabeça foram atados a um poste que tinham levantado no lugar onde o Santo, momentos antes, tinha estado em oração.

15 – A GLÓRIA DE JOÃO DE BRITO

Segundo testemunhos que ficaram registados nas actas do martírio e que chegaram a Portugal através de várias cartas, logo a seguir ao martírio de João de Brito os cristãos começaram a venerar o pouco que restava do seu corpo. De facto, devido a grandes chuvas, os soldados afastaram-se do local onde estava o poste em que o cadáver estava suspenso e vieram animais ferozes que não deixaram senão alguns ossos. Os cristãos que acorriam ao local procuraram juntar essas relíquias e começaram a venerá-las. Entretanto, logo que na missão se soube do martírio, os Padres preocuparam-se em ir ao local para rezar e tentar recolher não só o resto dos ossos, mas notícias do martírio e outros objectos do P. João de Brito.

Com a preciosa ajuda de alguns dedicados catequistas, conseguiram o fim desejado. Até a acha com que tinham decapitado o mártir foi recolhida e, depois, enviada para Portugal e oferecida ao rei D. Pedro II. Este, juntamente com a rainha e alguns nobres, ao recebê-la beijaram-na com devoção e sentimentos de santa alegria. Aliás, segundo algumas crónicas do tempo, a notícia do martírio foi recebida em Portugal como uma «boa-nova», ou seja, com alegria que nasce da fé e da certeza da glória reservada ao «santo mártir». Numa carta enviada ao P. Geral,

diz-se que: «O martírio do Padre Brito causou a el-rei, à rainha e a toda a cidade grande consolação e admiração». A morte dum santo é motivo de alegria vivida na fé.

E não se pense que D. Brites, a mãe do Padre João de Brito, ainda viva, tivesse reagido de outro modo. Quando o rei D. Pedro a mandou chamar a Lisboa, para a saudar e partilhar com ela a morte do filho, encontrou um coração repleto de fé e de alegria. D. Brites saiu de Portalegre e dirigiu-se à corte, em Lisboa, onde foi recebida com carinho e distinção. Era a santa mãe do mártir. O seu coração dava graças a Deus pela glorificação de seu filho. Quando há fé, a vida e a morte, a saúde e a doença são vividas noutras dimensões. E D. Brites é mulher de fé e vive o martírio de seu filho João como um dom precioso de Deus. Vai viver o resto da sua vida rezando ao filho mártir que tem a certeza de já estar na glória.

O local do martírio começou a ser lugar de peregrinação. Muitos cristãos iam rezar nesse lugar santo onde o mártir derramara o seu sangue por amor de Jesus Cristo e em defesa da fé que heroicamente professava. E, como sucede sempre, o sangue dos mártires é semente de cristãos, e o número dos que iam aderindo à fé, na missão do Maduré, era cada vez maior. O mártir, no céu, intercedia pelo seu rebanho e a fé de muitos ia-se robustecendo.

Não faltavam «milagres», graças alcançadas por intercessão de João de Brito, que iam fazendo crescer a devoção do povo de Deus ao santo mártir. Muitas cartas dos missionários relatam vários desses prodígios. O Padre Rossi que, mais tarde, chegou ao Maduré, onde trabalhou cerca de trinta e oito anos (1736-1774), narra nas

suas cartas muitos desses prodígios. Outro sacerdote missionário, o P. Beschi, num escrito enviado da Índia, em 1728, descreve muitos dos «milagres» que por intercessão do santo se iam alcançando.

O biógrafo do santo, H. Doering, relata assim um desses prodígios: «Um cristão da casta dos Paleres, chamado Inácio Pola, estava gravemente doente e desenganado dos médicos. Jazia, como morto, sem movimento nem fala. A fim de o poder sepultar na necrópole da sua casta, quiseram os pais levá-lo de Pulial, onde então se encontrava, para a sua povoação. Chegados a Oriur, porém, foram primeiro ao outeiro do martírio, depuseram ali o enfermo e suplicaram ao Santo que lhes conservasse o filho. Não tinham acabado ainda a oração quando o doente, com alegria de todos, se levantou completamente são e se prostrou de joelhos para com os seus agradecer a Deus a cura».

O martírio do P. João de Brito e as graças alcançadas por sua intercessão levaram à instauração do processo para a sua beatificação. O bispo de Meliapor, que tinha sido Provincial de João de Brito, começou a recolher testemunhos. Cerca de quarenta pessoas que viveram com João de Brito, que o tinham ouvido pregar, ou que testemunhavam ter visto a morte e eram também testemunhas de alguns dos milagres, fizeram depoimentos. Seis anos depois do martírio, em 1696, quando o missionário P. João da Costa veio a Roma, foi ouvido pelo cardeal vigário e deu o seu depoimento sobre a vida e a morte de João de Brito. E uns anos mais tarde, outro bispo de Meliapor, que tinha sido amigo e companheiro do mártir João de Brito, escreve para Roma, a 22 de Fevereiro de

1713, a pedir a glorificação do «santo»; e entre outras coisas, diz o seguinte:

«O P. Brito pode enfileirar tanto no número dos mártires como no dos confessores. Já há tempos podia eu assegurar a Vossa Santidade que a fama da sua vida e martírio se estende por toda a parte por causa dos numerosos milagres que Deus opera por sua intercessão. Os cristãos destes domínios convêm todos no desejo de que V. Santidade se digne incorporar solenemente o venerável João de Brito no número dos santos mártires... Como seu pastor, e como amigo e companheiro do venerável mártir, uno as minhas súplicas às deles para que se conceda ao grande missionário e mártir culto público, como a um dos Bem-aventurados da Igreja».

Foram muitas as cartas chegadas à Santa Sé pedindo a glorificação de João de Brito. Vários bispos, o próprio rei D. Pedro II, insistiam no pedido. João, o santo mártir do Maduré, devia ir aos altares. A Sagrada Congregação encarregou os bispos de Granganor e Meliapor de instaurar o processo. Tudo parecia caminhar bem e alguns obstáculos, como, por exemplo, a dificuldade nascida de João de Brito ter usado certos costumes malabares, tinham sido ultrapassados. Porquê, então, foi necessário esperar tantos anos para a Santa Sé proclamar o Padre João de Brito beato e testemunhar a sua glorificação?

É que, entretanto, a Companhia de Jesus começou a ser perseguida e foi suprimida. O Papa Clemente XIV, com data de 8 de Junho de 1773, publica um Breve, *Dominus ac Redemptor*, suprimindo a ordem religiosa fundada por Inácio de Loiola e a que tinha pertencido o

mártir João de Brito. Foi, pois, necessário esperar algumas dezenas de anos para que o processo canónico da beatificação fosse retomado.

No pontificado de Pio IX, a Congregação encarregada da causa dos Santos retomou o assunto, e a 17 de Fevereiro de 1852 o Papa declara solenemente que se podia passar à beatificação. A cerimónia solene teria lugar no ano seguinte, na Basílica de S. Pedro, a 21 de Agosto de 1853, com a presença de uma imensa multidão de fiéis, vários cardeais, muitos jesuítas que se alegravam por ver mais um irmão seu, filho de Inácio de Loiola, no número dos Beatos.

Os anos foram passando e parecia que o entusiasmo acerca da vida, exemplo e martírio de João de Brito tinham arrefecido. Pouco mais havia, entre nós, que a celebração da festa, com missa e ofício, no dia 4 de Fevereiro, aniversário do martírio. Era urgente fazer conhecer esta figura notável de jesuíta e mártir, de sacerdote e missionário. Ainda no exílio, devido à expulsão desencadeada pela implantação da República, os jesuítas encarregados da revista *Mensageiro do Coração de Jesus*, órgão do Apostolado da Oração, que viviam em Pontevedra, publicaram, em 1923, uma biografia de João de Brito. Foi o início da redescoberta do santo mártir. Seguiram-se outras publicações, pagelas, artigos, pregações. Começaram a surgir celebrações e novenas, campanhas de oração implorando milagres e pedindo a Deus a canonização de João de Brito. E o Senhor, através de muitas graças, bênçãos e verdadeiras acções milagrosas, foi confirmando o

seu desígnio de amor e encaminhando os acontecimentos para a tão desejada canonização.

Se os primeiros milagres se realizaram na Índia, junto do local do martírio, agora a acção divina ia favorecendo pessoas e terras de Portugal. Em Março de 1934, realiza-se a cura, por intermédio de João de Brito, duma menina de sete anos, na freguesia da Costa, Guimarães, que sofria de várias doenças ósseas que, segundo a opinião dos médicos, eram incuráveis. No ano seguinte, outra pessoa obteve a cura do mal de Pott, por intercessão do Beato. Segundo os folhetos em prol da canonização, publicados em 1945 e 1946, quase não havia dia em que, em muitas terras de Portugal onde se invocava o Beato João de Brito, se não alcançasse alguma graça particular.

Alguns acontecimentos foram ocasião providencial para dar a conhecer a figura de João de Brito. A 4 de Fevereiro de 1943 celebrou-se solenemente o 250º aniversário do seu martírio. Em 1945, a Semana das Missões pôs em relevo o Beato, o seu martírio e exemplo de vida. Em 1947, foi solenemente celebrado o 3.º centenário do seu nascimento. Estes acontecimentos, juntamente com as graças obtidas, encaminhavam os passos para a desejada canonização.

Os dois miraculados que deram ocasião à canonização eram da diocese do Porto. O primeiro, a cura instantânea duma periviscite; o segundo, a cura duma osteíte no calcâneo direito. O processo começou a 18 de Agosto de 1937 e teve vinte e sete sessões do Tribunal. Depois de examinadas por peritos as curas, a Santa Sé, a 30 de Junho de 1941, publica o decreto da aprovação dos milagres.

Na manhã do dia 22 de Junho de 1947, o Papa Pio XII preside à Eucaristia da canonização. Cerca de 2500 portugueses, vindos não só do continente, mas de todas as outras parcelas do território que então Portugal tinha espalhadas pelo mundo, estiveram em Roma participando na canonização. Presentes o Cardeal Patriarca de Lisboa



*Imagem de
S. João de
Brito
venerada no
Santuário de
Oriur, local
do martírio.*

e o Cardeal Arcebispo de Lourenço Marques, e mais de 20 bispos portugueses. Foi, finalmente, o dia da «glória» do nosso santo mártir. João de Brito, sacerdote e apóstolo, evangelizador e mártir, era apresentado à Igreja e ao mundo como modelo e intercessor. O missionário, nascido em Lisboa, que preferiu os matos do Maduré às riquezas do paço de Portugal, o jesuíta formado na escola de Inácio de Loiola, o português ilustre que dignificou a nossa empresa evangelizadora, o homem pobre e humilde que se deu até à morte pela causa do Reino, foi proclamado Santo.

Esta vida, este nobre e audacioso exemplo, este pastor que dá a vida e derrama o sangue pela fé, não pode deixar de nos interpelar, questionar, «incomodar». Se mais de metade da humanidade ainda não ouviu falar de Jesus Cristo, se mesmo entre os batizados tantos não O conhecem e não O amam, precisamos de homens e mulheres que, imitando João de Brito, saibam dedicar-se de alma e coração à causa da evangelização. Precisamos de cristãos comprometidos com o Evangelho, homens e mulheres com a fortaleza do Espírito Santo e a audácia dos apóstolos, que, renunciando ao prazer fácil, lutando contra o mundo consumista e egoísta, libertem o seu interior, dilatam o seu coração à dimensão do mundo, vivam a preocupação da salvação dos outros. Perante o exemplo de João de Brito, não podemos deixar de nos interrogar, de nos desinstalar, de nos comprometer. E o Reino dos Céus é dos violentos...

16 – PRINCÍPIO E FIM

No começo desta biografia citámos o Papa João Paulo II. Que nos seja permitido retomar essas palavras, pronunciadas em Lisboa, a 14 de Maio de 1982, na Eucaristia celebrada no Parque Eduardo VII:

«Como não lembrar o exemplo de S. João de Brito, jovem lisboeta que, deixando a vida fácil da corte, partiu para a Índia, a anunciar o Evangelho da salvação aos mais pobres e desprotegidos, identificando-se com eles e selando a sua fidelidade a Cristo e aos irmãos com o testemunho do martírio?»

A vocação de João de Brito, como a de todos os que no sacerdócio e vida religiosa procuram servir a Deus e aos homens, é um apelo divino, um chamamento do Senhor que implica e reclama uma resposta fiel, generosa, radical. E essa vocação, no caso do nosso santo mártir, foi vivida numa Ordem religiosa, com um carisma próprio e com uma espiritualidade peculiar, nascida dos Exercícios Espirituais escritos por Santo Inácio de Loiola. João de Brito, como verdadeiro religioso e insigne jesuíta, procurou encarnar na sua existência de religioso e de sacerdote o ideal inaciano e, neste sentido, foi um discípulo exemplar de Santo Inácio.

Desde o Noviciado, ou seja, os dois primeiros anos da vida religiosa, até ao fim da sua vida, foi sendo modelado pelos ensinamentos do seu Fundador e, através dos Exercícios Espirituais, procurou estar atento aos apelos de Deus e numa contínua atitude de abertura à graça e generosa e radical colaboração.

Quantas vezes, diante de Cristo crucificado, João de Brito se colocou esta tríplice consideração dos Exercícios (E.E. 53): «Que fiz por Cristo, que faço e que farei?». E aí encontrava sempre novo alento para se dar mais e viver com maior generosidade. Quantas vezes, ao meditar a célebre contemplação do Reino, ouviu o apelo de Jesus (E.E. 95): «minha vontade é conquistar todo o mundo e todos os inimigos, e assim entrar na glória de meu Pai. Portanto, quem quiser vir comigo, há-de trabalhar comigo, para que, seguindo-me na pena, também me siga na glória». E foi este fiel seguimento nas dores, penas, trabalhos até à morte, que o levou à glória com Cristo Ressuscitado.

Ao rezar a oblação de maior estima e valor, que Santo Inácio convida a fazer, João de Brito encontrou o encanto da sua existência, sempre que dizia: «Eu quero e desejo e é minha determinação deliberada, contanto que seja vosso maior serviço e louvor, imitar-Vos em passar todas as injúrias e todo o vitupério e toda a pobreza, assim actual como espiritual, se vossa Santíssima Majestade me quiser escolher e receber em tal vida e estado» (E.E. 98). E o Senhor quis dar a João de Brito a realização plena deste desejo, identificando-o com Ele, pobre, servo, humilde, despojado, perseguido, imolado por amor. Aliás, não foi

Igreja de S. João de Brito, Lisboa (Foto: Fernando Ruas).



outra a oração de João de Brito ao rezar os Exercícios e ao mergulhar a sua vida na riqueza da espiritualidade inaciana, quando colocou diante de si o projecto proposto por Santo Inácio no chamado terceiro grau de humildade: «Sendo igual louvor e glória da divina majestade, para imitar e parecer-me mais actualmente com Cristo Nosso Senhor, eu quero e escolho mais pobreza com Cristo pobre que riqueza, opróbios com Cristo cheio deles, que honras; e desejo mais ser estimado por néscio e louco por Cristo, que primeiro foi tido por tal, que sábio ou prudente neste mundo» (E.E. 167).

Quem assumiu esta doutrina e espiritualidade, quem rezou com sinceridade estas meditações e contemplações, quem fez com coração generoso estas opções e ofertas, não podia deixar de preferir os matos do Maduré, com suor, sangue, dores, perseguição, cansaços, fome e sede, às comodidades, conforto, riqueza e bem estar da corte do rei de Portugal. E já que a medida do amor é amar sem medida, e o único modo de ser sensato é ser louco por Cristo, João de Brito, com determinação e audácia, com um coração generoso e magnânimo, decidiu-se pela fidelidade radical do amor. Formado e forjado na escola de Inácio de Loiola, movido pelo espírito das Constituições dos Jesuítas, escritas pelo Fundador, João de Brito procurou assumir e viver estas palavras: «Deve, portanto, procurar-se que todos os da Companhia se dêem às virtudes sólidas e perfeitas e às coisas espirituais, às quais não-de ligar mais importância do que à ciência e a outros dons naturais e humanos. Pois são os dons interiores que devem dar eficácia aos exteriores com relação ao fim que

se pretende» (*Const.* 813). E, afinal, este texto das Constituições é tradução em letra de lei daquilo que João de Brito, no início do seu Noviciado, leu e tentou assimilar até ao mais profundo do seu ser, ou seja, as palavras do chamado Exame Geral: «O fim da Companhia não é somente ocupar-se, com a graça divina, da salvação e perfeição das almas próprias, mas, com esta mesma graça, esforçar-se intensamente por ajudar a salvação e perfeição das do próximo» (E.G. 3). Foi por causa desta salvação e perfeição que João de Brito, deixando Lisboa, partiu para a Índia e, aí, depois de tantos trabalhos, canseiras, sofrimentos e perseguições, deu a sua vida por Cristo.

Outros, e graças a Deus têm sido muitos ao longo dos séculos, movidos pelo mesmo ideal, têm levado o seu serviço e o seu amor até à morte. Assim sucedeu não há muitos anos aos Padres Sílvio Moreira e João de Deus Kantedza, o primeiro natural de Vila da Feira e o segundo de Moçambique, que nesse país foram mortos porque eram sacerdotes e serviam o povo de Deus, anunciando a palavra que liberta. E o mesmo sucedeu também aos seis jesuítas mortos em El Salvador porque viviam o Evangelho e, no meio do povo de Deus, defendiam o bem, a justiça, o amor e denunciavam a mentira, o crime, a violência e a injustiça. E, movido pelo mesmo espírito, amadurecido pela mesma espiritualidade, bebendo e alimentando-se dos mesmos Exercícios Espirituais, Dom Domingos Tang, arcebispo de Cantão, na China, jesuíta, filho de Inácio de Loiola, passou vinte e dois anos preso, por amor a Cristo e à Igreja, por fidelidade ao Papa.

Quando João de Brito, na véspera do martírio, escreveu ao seu Padre Provincial a razão dos seus padecimentos e a iminência da sua morte, expressou-se assim:

Agora espero padecer a morte por meu Deus e meu Senhor, buscada duas vezes na Índia, na missão do Maravá. Na verdade, com grande trabalho, mas com prêmio incomparável. A culpa de que me acusam vem a ser que ensino a Lei de Deus Nosso Senhor e que de nenhuma maneira hão-de ser adorados os ídolos. Quando a culpa é virtude, o padecer é glória.

A acusação que lhe faziam era a da santidade, do zelo, da acção evangelizadora, da virtude que vivia e transmitia, da fé que pregava. Padecer por tão nobre causa é glória, é honra, é bem-aventurança.

Estamos convictos de que, à semelhança do que sucedeu ao longo destes 300 anos, também hoje o exemplo de João de Brito não deixará de seduzir muitos jovens a deixarem tudo por Cristo, a entregarem dum modo radical a sua vida pela causa do Evangelho. Como João de Brito, hoje como antes, haverá corações generosos que saberão preferir o trabalho evangélico, o serviço dos outros, o anúncio da Boa-Nova, a evangelização da sociedade, às riquezas, comodidades, facilidades duma vida egoísta, instalada, aburguesada. Como João de Brito, haverá hoje muitos jovens que, perante as graves urgências da evangelização, perante as carências dos homens e mulheres do nosso tempo, saberão dar-se dum modo pleno, numa entrega radical ao serviço do Evangelho. Como João de Brito, haverá hoje muitos jovens que saberão apaixonar-se por um ideal missionário, deixando tudo, partindo para

anunciar aos outros a Palavra que liberta e salva, para consolar, ajudar, viver o serviço dos irmãos em total disponibilidade.

Se no século XVII, quando João de Brito partiu para a Índia, as carências dos homens, a situação da humanidade o levaram ao dom e ao serviço, hoje a necessidade de apóstolos, de evangelizadores, de missionários não é menor. Há multidões famintas de pão, de paz, de amor, de Deus, há bilhões de homens que não conhecem Jesus Cristo, há situações gritantes de violência, injustiça, mentira, exploração do homem e violação dos seus principais direitos, há comunidades cristãs sem pastor, sem sacramentos, sem o pão da Palavra de Deus, há um mundo imenso da cultura, da arte, da ciência, da técnica onde é urgente levar a verdade de Jesus Cristo. São necessários outros e outras que, à semelhança de João de Brito, dêem aos homens a vida de Deus e os ajudem a amar a sua própria vida, estando do lado dos mais pobres e desprotegidos, dos mais fracos e doentes, dos mais marginalizados e oprimidos. E se toda esta empresa é exigente, dolorosa, por vezes sacrificada, se encontra obstáculos, perseguição, incompreensão e, porventura, cadeia, exílio ou morte, continua a ser verdade a palavra de S. João de Brito: «Quando a culpa é virtude, o padecer é glória».

OBRAS DO MESMO AUTOR

Senhor, Ensina-nos a Rezar (7ª ed.)
O Coração de Deus (3ª ed.)
Rezar com o Evangelho (2ª ed., esg.)
Eucaristia, Pão de Todos (3ª ed.)
A Alegria do Perdão (2ª ed., esg.)
Firmes na Fé (2ª ed., esg.)
Sarça Ardente (2ª ed.)
Por Maria até Deus (5ª ed.)
Que Todos Sejam Um
Caminho de Libertação (2ª ed., esg.)
O Fogo do Espírito (2ª ed.)
Divinizar o Dia-a-Dia (1ª ed., esg.)
A Festa do Perdão (3ª ed.)
Vida em Oração (2ª ed.)
Audácia e Serviço
Bendita és Tu... (2ª ed.)
Em Tudo Amar e Servir
Rezar a Palavra
Glória a Ti... (3ª ed.)
Tempo para Deus (3ª ed.)
Família em Oração
S. João de Brito – Quando a Culpa é Virtude (2ª ed.)
Notas do Meu Diário
Semente Escondida
Cartas da Vida
Caminhar no Espírito I – O Deus que Se Revela
Meditando o Terço (2ª ed.)
Eucaristia Libertadora
Sentir com a Igreja
Jovens de Fogo
Caminhar no Espírito II – O Homem à Busca de Deus
Sinfonias do Amor (2ª ed.)
Duas Vidas, Uma Obra
O Caminho do Amor – Via-Sacra (2ª ed.)
Coração Trespasado – O Amor Louco de Deus
Coração do Bom Pastor
Celebrar a Santidade dos Pastorinhos de Fátima
Maria, Mãe de Jesus
Verdades para Hoje
Nazaré, Ícone de Trindade
Rezar com a Bíblia
Eis o Coração...
Ordenar a Vida
Acreditar no Amor
A Oração da Paz
Odisseia de Amor
Vida em Plenitude de Amor

ÍNDICE

<i>Abertura</i>	5
<i>Em louvor de S. João de Brito</i>	7
<i>Tábua cronológica</i>	14
1. Falar de um santo	15
2. O surgir da vida	21
3. O pajem na corte	25
4. A vocação religiosa	31
5. A formação inaciana	37
6. A grande decisão	43
7. A Índia desejada	49
8. A viagem para o Maduré	53
9. O mundo que o esperava	59
10. A missão do Maduré	65
11. A acção missionária	71
12. A vida no Maravá	81
13. O regresso do «mártir» a Portugal	87
14. O martírio do «santo»	95
15. A glória de João de Brito	103
16. Princípio e fim	111



A. M. D. G.